



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MEMÓRIAS E POLÍTICAS SIMBÓLICAS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO EX-DEPUTADO ESTADUAL FANCISCO VASCONCELOS DE ARRUDA
(CEARÁ, 1945 – 1964)**

ANA VITÓRIA ALEXANDRE DIAS

CAJAZEIRAS – PB

2018

ANA VITÓRIA ALEXANDRE DIAS

**MEMÓRIAS E POLÍTICAS SIMBÓLICAS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO EX-DEPUTADO ESTADUAL FRANCISCO VASCONCELOS DE
ARRUDA (CEARÁ, 1945 – 1964)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora

Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS – PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

D541m Dias, Ana Vitória Alexandre.
Memórias e políticas simbólicas: a construção da imagem do ex-
Deputado Estadual Francisco Vasconcelos de Arruda (Ceará, 1945 - 1964)
/ Ana Vitória Alexandre Dias. - Cajazeiras, 2018.
79f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. História - política - Ceará. 2. Memória. 3. Dr. Arruda. I. Sousa,
Silvana Vieira de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III.
Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP

CDU - 32(813.1)(091)

ANA VITÓRIA ALEXANDRE DIAS

**MEMÓRIAS E POLÍTICAS SIMBÓLICAS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO EX-DEPUTADO ESTADUAL FANCISCO VASCONCELOS DE ARRUDA
(CEARÁ, 1945 – 1964)**

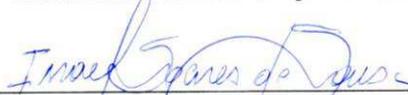
APROVADO EM: 10 / 12 / 2018

COMISSÃO EXAMINADORA



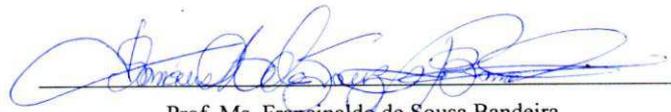
Prof. Dra. Silvana Vieira de Sousa (Orientadora)

Universidade Federal de Campina Grande – CFP



Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

Universidade Federal de Campina Grande – CFP



Prof. Ms. Francinaldo de Sousa Bandeira

Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof. Dra. Maria Lucinete Fortunato (suplente)

Universidade Federal de Campina Grande - CFP

CAJAZEIRAS – PB

2018

*À Antonia
Florinda,
Pedro Artur e
Pedro Antônio
Sobrinho.*

AGRADECIMENTOS

Nesse momento, gostaria de fazer menção a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, e já adianto minhas sinceras desculpas no caso de a memória falhar e não me permitir incluir aqui o nome de alguns dos que, direto ou indiretamente, fizeram parte desta construção.

Assumindo o clichê, o comum aos muitos trabalhos deste caráter, gostaria de registrar aqui os meus sinceros agradecimentos aos meu pais, Anízia Maria e Francisco Miceno – o grande Galego do Sofá – por não terem medido esforços para que meus irmãos e eu alcançássemos tudo o que sonhamos. Agradeço-os, principalmente, pelos ensinamentos, pelo exemplo de honestidade, humildade e por nunca permitir, em hipótese alguma, a desistência dos meus sonhos. Saibam que o meu maior desejo, é que o mundo possa um dia sentir o amor que eu sinto quando me refiro a vocês.

Agradeço, da maneira mais especial possível, a José Igor, que se empenhou em me ajudar sempre que precisei, que esteve ao meu lado nos fracassos, nas lutas e nas glórias destes dez períodos de curso. Espero poder compartilhar ao seu lado as realizações de toda a minha vida. Agradeço imensamente por me doar todo o seu amor e dedicação desde o ano 2013.

À Ana Karelline e Pedro Antônio que, por serem os meus irmãos mais velhos, sempre sentiram a obrigação de me proteger e colaborar no que fosse possível, que me alfabetizaram, parabenizaram e reprimiram sempre que foi preciso. Desejo glória nas suas vidas, e firmo que estarei disponível sempre que precisarem.

Minha imensa gratidão e carinho a Anny Karen, Alice e Pedro que estão ao meu lado desde a infância, acompanhando o meu crescimento e contribuindo com ele. Minha imensa gratidão e carinho aos amigos que o curso de História me presenteou, sendo essa amizade o maior valor que vou levar desses cinco anos de curso: Raquel, Kalyanne, Sabrina, Fernanda, Lucas, Bruna, Valdetário, Higor e Wellington, obrigada por compartilharem comigo as nossas angústias, decepções, alegrias e honrarias que a vida nos impôs. Espero que estejamos sempre juntos e desejo, de todo o coração, a realização dos sonhos de todos vocês. Serei a primeira a aplaudi-los de pé.

Meu agradecimento especial a Jucicleide, a queridíssima Jú baiana, que sempre me abrigou em sua casa (residência universitária) e compartilhou comigo suas refeições no R.U nos tempos de PIBID. Assim com agradeço a Paulo Sérgio, um menino dono de uma mente brilhante que “me tirou do prego” nos conteúdos em que eu tinha mais dificuldade.

Agradeço aos meus familiares, dos quais não citarei nomes para não cair nas armadilhas do esquecimento, mas que são responsáveis de uma grande parcela na minha criação e desenvolvimento. Muito obrigada.

Não menos importante, registro aqui a minha gratidão ao professor Francisco Firmino Sales Neto, que contribuiu muito na realização deste trabalho com as dicas, conversas e pelos livros que me emprestou para desenvolver minhas concepções neste estudo. Agradeço também a professora Silvana Vieira de Sousa pelas orientações durante esta produção e as conversas que foram cruciais para desempenho deste trabalho.

Por fim, e mais importante do que qualquer coisa, não poderia deixar de apresentar-vos a minha gratidão ao meu Deus, não só por ter me permitido concluir este trabalho, mas, sobretudo, por mostrar-se presente em minha vida nos momentos de fraqueza e por manter a minha fé inabalável. Deus está vivo!

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar as memórias construídas em torno da imagem do ex-Deputado Estadual Francisco Vasconcelos de Arruda, mais conhecido como Dr. Arruda, mostrando como o político passou a ser objeto de curso a partir das políticas simbólicas que costuram relações de interesses para que sua imagem possa atingir positivamente o meio social, usando como espaço de atuação a cidade de Ipaumirim-CE no período compreendido entre 1945 a 1964, a chamada Republica Populista. Personagem praticamente desconhecido no meio acadêmico, Dr. Arruda foi tomado como protagonista do livro “Itinerário de um líder”, escrito pelo seu irmão no ano de 1989, que narra os dramas pelos quais passou o político desde o dia em que nasceu, no ano de 1910, até o dia de sua morte, em 1972. Encontramos na escrita do livro, uma leitura saudosa e romantizada sobre o político, construindo sua imagem de forma glorificada para que essa marque a memória daqueles que não o conheceram em vida, comprovada através de depoimentos, poemas e homenagens prestadas à Dr. Arruda durante sua atuação como político. Não queremos neste trabalho de caráter historiográfico desconstruir o discurso heroicizado que caracteriza Arruda, atribuindo outra forma de pensar sua imagem, mas sim, intencionamos apresentar como Arruda trilha seus caminhos, fazendo suas escolhas dentro de suas possibilidades como político e sua forma de agir como homem público que raciocinava dentro das perspectivas de seu tempo.

Palavras-chave: História; Memória; Política; Arruda.

ABSTRACT

This paper aims to present the memories built around the image of former State Deputy Francisco Vasconcelos de Arruda, better known as doctor Arruda, showing how the politician came to be a course from the symbolic policies that stitch relations of interest so that its image can positively reach the social milieu, using as space of action the city of Ipaumirim-CE in the period between 1945 to 1964, the so-called Populist Republic. Dr. Arruda was a protagonist in the book *Itinerary of a Leader*, written by his brother in the year 1989, which narrates the dramas that the politician spent since the day he was born in the year 1910, until the day of his death in 1972. We find in the writing of the book a long and romanticized reading about the politician, constructing his image in a glorified way so that it marks the memory of those who did not know him in life, proven through testimonies, poems and tributes paid to Dr. Arruda during his performance as a politician. We do not want in this work of historiographic character to deconstruct the heroic discourse that characterizes Arruda, assigning another way of thinking his image, but rather, we intend to present as Arruda his paths, making his choices within his possibilities as a politician and his way of acting as a man public that reasoned within the perspectives of his time.

Keywords: History; Memory; Politics; Arruda.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Francisco Vasconcelos de Arruda	28
FIGURA 02 – Capa do livro Itinerário de um líder.....	51
FIGURA 03 – Projeto da Casa Estudantal Cearense.....	55
FIGURA 04 – Inauguração da Casa Estudantal Cearense	55
FIGURA 05 – Inauguração do Colégio XI de Agosto	59
FIGURA 06 – Solenidade de posse do cargo de Deputado Estadual.....	64
FIGURA 07 – Manchete publicada no Jornal O Povo/União	65
FIGURA 08 – Carta do Reverendo Pe. Manoel Pereira.....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O LUGAR DO HOMEM PÚBLICO NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DA POLÍTICA.....	16
1.1 – Uma breve biografia	16
1.2. Lugares e mecanismos da construção da imagem do homem público Francisco Vasconcelos de Arruda	22
CAPÍTULO II - CULTURA POLÍTICO-SOCIAL NO SERTÃO NORDESTINO	31
2.1 – Brasil: a República Populista como marca simbólica do moderno	31
2.1.1 – Segundo período de Governo Vargas.....	33
2.1.2 – 1956 – 1960: Os anos dourados de JK.....	34
2.1.3– O Governo Janista (1961) numa conjuntura de continuidade de lutas sociais	38
2.1.4 – O Governo Jango: entre a renúncia e o golpe (1961 – 1964).....	41
2.2 – Alcance das políticas nacionais dos governos populistas no interior do estado cearense: Ipaumirim	42
2.3 – As siglas partidárias que abrigam o político Francisco Vasconcelos de Arruda	45
CAPÍTULO III - ITINERARIO DE UM LÍDER: A MEMÓRIA DO POLÍTICO FRANCISCO VASCONCELOS DE ARRUDA: UMA VERSÃO INTERESSADA?	50
3.1 – Da composição técnica da obra Itinerário de um líder	50
3.2 – A reconstrução da trajetória de Francisco Vasconcelos de Arruda (1910-1972) pelo livro <i>Itinerário de um Líder</i>	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72
ANEXOS	75
Anexo 01 – Documentário relativo ao indulto	75

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que de maneira geral se insere no campo da história política e mais precisamente, a partir do que entendemos como as abordagens recentes da historiografia da cultura política como um campo de disputa de poder e de fabricação de imagens e memórias do político e da vida pública. Nesse ambiente é que apresentamos como objeto desse estudo um pouco da trajetória e das memórias construídas sobre o ex-Deputado Estadual, o cearense Francisco Vasconcelos de Arruda, mais conhecido como Dr. Arruda, com a intenção de mostrarmos como se erguem as memórias sociais, entendidas como a construção de imagens a partir de fatos ocorridos em um determinado tempo e espaço, a partir de uma ligação com as políticas simbólicas que fabricam e idealizam a imagem do político.

Buscamos apresentar como Francisco Vasconcelos de Arruda passou a ser símbolo do moderno a partir das políticas simbólicas que costuram relações perpassadas de interesses que contribuem para que sua imagem possa atingir positivamente o meio social. Tais interesses são costurados e estão intencionalmente marcados por sinais e ações, que legitimam o lugar de memória erguido pelo político, como um castelo, construído firmemente para perdurar por tempo indeterminado, guardando suas marcas na história. Trata-se de um processo de construção simbólica de imagens através de relações de poder.

De acordo com a compreensão de Guedes (2011)¹ sobre as políticas simbólicas, no campo historiográfico, o conceito de poder tem sido usado como sinônimo de política, tendo em vista que o poder político aparece, por vezes, como objeto de análise que parte, principalmente, para as práticas comportamentais e de conduta que variam de acordo com a sua natureza em diferentes espaços e temporalidades. Partindo deste pressuposto, afirmamos que o poder político precisa ser pensado como moeda de partilha por parte das autoridades, cuja funcionalidade tem servido justamente para marcar relações que

¹ Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes, Doutor em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em Geografia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e; Graduação em História (UFPB). Atualmente é docente de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Têm experiênciacomênfase em História da Américaportuguesa, atuandoprincipalmentenasseguintesáreas ou temas: história indígena; história do poderpolítico, justiça e transgressão no Brasilsetecentista.

beneficiam pessoas que têm como objetivo claro alcançar título de figura pública proeminente.

Contudo, ao pensar nesse jogo político de acordos e laços efetuados por tais homens, com o intuito de construir significados grandiosos para seus nomes em um futuro – pouco ou muito – distante que atinge partidos de gerações futuras, é de suma importância pensar que o historiador faça uma análise do passado, para que entenda significativas ações e formas de comportamento de outros agentes responsáveis pela elaboração de concepções fundamentadas na produção de um esquema de crenças e representações coletivas e/ou sociais. Partindo desse campo de entendimento da política, procurou-se nessa abordagem explicar o político pela cultura política, com ênfase nos aspectos subjetivos da orientação política, em especial os lugares de atuação das percepções e dos sentimentos na política.²

A partir desta questão, se faz imprescindível a colocação de José Luciano de Queiroz Aires³ que nos apresenta uma ligação entre teatro e política, ambos como artes/dimensões milenares, nas quais o palco seria o meio social, os políticos seriam os atores e, a sociedade, a plateia: “Maquiados, trajados, mascarados, lá vão os atores políticos ao palco. Iluminados pelos holofotes da oficialidade, misturam-se aos adereços do cenário em busca do encontro com a multidão”. (AIRES, 2012, p. 205). Assim, Aires busca explicar, tomando como norte ainda a Primeira República, de que forma se produziam as imagens dos políticos paraibanos, através do auxílio de profissionais de “marketing” que cuidavam de suas aparições públicas, ressaltando que esse cuidado com a imagem se intensificou com a massificação da televisão. Para isso, usou-se signos culturais como o teatro, a fotografia, os jornais, o rádio e a televisão entre outros meios de comunicação para divulgar as comemorações cívicas e benfeitorias de seus mandatos. Ou seja, essa dinamização funcionava como um espetáculo da política que influenciava fortemente o imaginário das pessoas, fixando comemorações marcadas no “calendário do poder”, sendo, então, tradições inventadas para institucionalizar a memória do governo, que se apresenta tanto do presente para o passado, como do presente para o futuro. Cabe a nós, historiadores e sociólogos, analisarmos como a população,

² GUEDES, Paulo Henrique de Queiroz. A nova história do poder político e a cultura política. In: Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012

³ Historiador. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, UAEDUC/CDSA. E-mail: joseluciano9@gmail.com.

principalmente os trabalhadores e trabalhadoras, assim como homens e mulheres do campo, interagem e interagem com este cenário de políticas simbólicas do jogo de poder.

Estamos, pois, nos situando no que se compreende na historiografia da história política como a fase posterior a década de 1970, caracterizada pelo processo de renovação da história política tradicional, de ênfase nos feitos e nos personagens públicos. Essa história política com esse viés, passou a ser fortemente criticada por dar ênfase a eventos protagonizados apenas por “grandes homens”, deixando de escanteio as classes populares.

Todavia, René Remond aponta que esse movimento contribuiu para “afundar” a retomada da história política, de forma que a trouxe à tona com outra roupagem. Nesse sentido o processo de renovação da história política deve ser entendido como uma espécie de alternativa ao predomínio de uma história econômico-social.⁴ Mas, de certa forma, sabendo que a história política é erguida e está fortemente vinculada com um sistema de crenças, valores e representações coletivas e sociais.

Com base nesse entendimento, o primeiro capítulo desse trabalho intitulado “O lugar do homem público na história e na historiografia da política” busca apresentar, inicialmente, uma breve biografia sobre o político Francisco Vasconcelos de Arruda, posto como objeto deste estudo, para que o leitor possa conhecer um pouco da trajetória de vida do mesmo. Em seguida, promovo um diálogo com os teóricos que propõem as formas precisas para concretizar a análise da construção da imagem de homens públicos, abordado os conceitos de História Política, memória e representação.

No segundo capítulo intitulado “Cultura político-social no sertão nordestino”, buscamos apresentar o período compreendido entre a segunda metade da década de 1940 e o início dos anos 1960, no qual Francisco Vasconcelos de Arruda se destaca em âmbito local, no interior do Estado do Ceará, mas, essa é uma época de destaques no campo nacional, pois, era esse o momento de efervescência, de redemocratização no sistema político brasileiro, que se denominou República Populista. O período recebe essa denominação porque, quando Vargas assume o poder durante 1937, em uma atitude golpista barra as eleições constitucionais. Mas em 1945, o presidente Getúlio Vargas é afastado do poder, dando espaço para as eleições do mesmo ano, que elegem o primeiro

⁴ Ver em: REMOND, René. Por uma História Política. 2003, p. 21

estadista desse período o General Eurico Gaspar Dutra que, na verdade, tinha caráter mais opressor do que liberal.

Os presidentes que proporcionaram essa denominação foram, consecutivamente, Getúlio Vargas, eleito para o seu segundo período (1951-1954), que acabou tragicamente com o seu suicídio em 1954, dando ao seu vice-presidente, Café Filho o posto de presidente interino até o ano seguinte; Juscelino Kubitschek, eleito para comandar o país de 1956 a 1960. JK representou para o país um período de brilho de desenvolvimento principalmente no setor industrial e automobilístico. Foi o realizador de um projeto chamado Programa de Metas que buscou fazer o Brasil crescer “50 anos em cinco”, tendo seu principal símbolo a capital Brasília; Jânio Quadros, que iniciou seu mandato em 1961, porém, este durou apenas sete meses, até que o mesmo renunciou. Seu breve mandato foi marcado por uma ambiguidade em sua política e o inesperado momento de sua renúncia, pois guardava uma política externa conservadora, contraposta com uma política progressista; por último, João Goulart assume o poder como sucessor do renunciante Jânio Quadros. Goulart ficou na presidência por três anos, até que ao fim do ano 1964 o poder é tomado por um golpe militar.

Esse período demonstra um ar de liberalismo, estando intrínseco à importantes movimentos sociais da história republicana, como greves sindicais, formação de associação de trabalhadores rurais, etc., consolidado o termo populismo caracterizando os governos citados acima. Além dos governos, é de nosso interesse abordar os partidos políticos que permeavam o período populista para entender o meio em que Francisco Vasconcelos de Arruda estava inserido e quais os seus espaços de mobilidade dentro dos partidos pelos quais passou: Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Progressista (PSP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano (PR).

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Itinerário de um líder: a memória do político Francisco Vasconcelos de Arruda: Uma versão interessada? ”, propomos uma discussão mais pontual acerca do livro *Itinerário de um Líder*, escrito por Raimundo Vasconcelos de Arruda, no ano de 1989, em que o autor procura dar sentido à vida pública do deputado estadual Francisco Vasconcelos de Arruda – seu irmão – mesmo, e principalmente, depois de sua morte. Em oito capítulos e pouco mais de cento e setenta páginas, é transparecida uma abordagem um tanto romântica e, sobretudo, saudosa, pois,

como o próprio título nos mostra, discorre sobre a caminhada do político não só em relação à sua vida pública, mas desde o dia de seu nascimento até o dia de sua morte.

Ao analisarmos essa obra tomamos como elemento fundamental na construção e na reprodução intencionada da memória do político Francisco Vasconcelos de Arruda, portanto peça importante para a compreensão da cultura política e jogos do poder que tem sido responsáveis pela atuação e permanência de poder de famílias e seus herdeiros na dinâmica da vida política dos municípios do Brasil, do Nordeste e em particular como mostra nosso exemplo, na cidade de Ipaumirim - Ceará.

A partir de agora, deixo que o (a) leitor (a) me acompanhe em uma viagem sobre as memórias e políticas simbólicas que fabricam a imagem do ex-Deputado cearense Francisco Vasconcelos de Arruda. Boa leitura!

CAPÍTULO I

O LUGAR DO HOMEM PÚBLICO NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DA POLÍTICA

A história política de cunho positivista, marcou épocas fazendo registros históricos de homens, líderes públicos enaltecendo suas atuações como feitos pessoais. A história do homem público que nesse trabalho queremos mostrar tem outra perspectiva, pois, ela se destina a percorrer as memórias coletivas, entendidas como a construção de imagens a partir de fatos ocorridos em um determinado tempo e espaço, a partir de uma ligação com as políticas simbólicas que fabricam e idealizam a imagem do político. Trata-se, portanto, de, neste estudo, entender como se realiza o processo de transformação do homem público em símbolo sacramentado por suas atuações em determinadas localidades. Neste caso, trabalha-se com a construção da imagem de Francisco Vasconcelos de Arruda, na sua atuação política na cidade de Ipaumirim – CE.

1.1 – Uma breve biografia

Francisco Vasconcelos de Arruda, também conhecido em Ipaumirim – CE como Dr. Arruda, nasceu na Fazenda Oiticará, zona rural de Massapê – CE em 27 de março de 1910,

Nasceu de parto normal, apresentando estrutura orgânica frágil, assim como insuficiência digestiva que lhe acarretava crises constantes de processos ligados a digestão. Pouca esperança de sobrevivência nos primeiros anos de sua existência. Seus genitores não alimentavam quaisquer possibilidades de vê-lo reagir a tais distúrbios. Apesar disso, seu pai, em momentos de angústia e arroubo de fé, instintivamente dizia: ‘ele vai resistir e vai ser doutor’. (ARRUDA, 1989, pág. 22)

Deve se dar a devida importância a esta fala no sentido de que, numa visão linear, já atribuí àquele de quem se homenageará, mais tarde, a condição de lutador que neste caso se encaixa a luta contra a morte para seguir sua condição de predestinado: ser doutor.

Após a morte de sua mãe, no ano de 1921, o pai de Arruda resolveu vender suas poucas posses e deslocar-se com os filhos na tentativa de sobreviver em um canteiro de obras na construção da barragem do Rio Jaguaribe – atualmente, açude Orós –, onde Arruda teve o seu primeiro emprego no cargo de auxiliar de escritório do engenheiro responsável pela obra, o que seria de grande valia para sua formação, pois esse reservatório seria o primeiro a abastecer a capital Fortaleza.

No fim do ano 1924, Arruda, junto com sua família mudou-se para a capital Fortaleza e lá foi convidado para trabalhar em uma empresa de parentes como auxiliar de escrita. Seu desempenho foi bastante positivo e lhe deu a oportunidade de ser convidado pela empresa algodoeira Alfredo Fernandes & Cia para ser o seu guarda livros. Nesse mesmo período, em busca de aperfeiçoamento, Arruda matriculou-se no curso de perito e contador na Escola de Comércio Padre Champagnat. Além, das qualificações como profissional do comércio, Arruda teve, em 1931, participação relevante na fundação do Centro Estudantil Cearense – C.E.C –, no qual foi presidente por muitos anos e lá, faria fortes laços de amizade que, mais a frente, lhe rendera boas influências no meio político. “Para ele e outros estudantes, o C.E.C. foi um ponto de apoio para a realização do seu ideário. Assim como contribuiu para projetá-los no cenário cearense” (ARRUDA, 1982). Dois anos após a fundação do C.E.C., Arruda também contribuiu grandemente para a criação da Casa do Estudante, lugar que abrigaria estudantes de todo o estado cearense para que tivessem a oportunidade de melhor qualidade de ensino. Arruda permaneceu na liderança do centro até novembro de 1942, as vésperas de sua formatura em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará.

Ainda iniciando a década de 1940, por consequência de ter desempenhado um bom trabalho como guarda-livros na empresa Alfredo Fernandes & Cia – que, justo nesse período, passou a se chamar Sousa, Fernandes & Cia –, Arruda foi convidado a gerenciar uma filial desta empresa no interior do estado, em um pequeno distrito chamado Alagoinha – atualmente, Ipaumirim – pois o solo que o esperava apresentava boa qualidade para produção de algodão. Entretanto, Arruda trilhou caminhos diferentes em sua vida, pois apesar de estar formado em Ciências Jurídicas e Sociais e estivesse há algum tempo a frente de uma empresa comercial, optou por seguir carreira política como deputado estadual, tendo destaque, principalmente, neste pequeno vilarejo por suas benfeitorias, tal como a busca pela emancipação e desenvolvimento dessa localidade. Francisco Vasconcelos de Arruda foi eleito deputado estadual em 1954 pelo Partido

Social Progressista e, segundo fontes documentais, durante os anos em que exerceu o mandato político, procurou interpretar as angústias, necessidades e os interesses da coletividade, sobretudo da juventude e do homem do campo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Ipaumirim, que na época da chegada de Arruda ainda era a pequena Alagoinha, distrito pertencente a Baixio, encontra-se localizado na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, limitando-se com os municípios de Baixio, Lavras da Mangabeira, Aurora e o estado da Paraíba. Possuidor de um clima quente e seco, é um dos menores municípios cearenses em extensão territorial, apresentando uma área de apenas 301km², contando, atualmente, com uma população de 12.009 (doze mil e nove) habitantes, onde destes, segundo dados apresentados pela Prefeitura Municipal, a zona urbana possui 4.100 (quatro mil e cem) habitantes e a zona rural, 6.616 (seis mil, seiscentos e dezesseis).

Culturalmente a cidade se destaca pelos cultos católicos de caráter muito forte a exemplo da tradicional festa de 20 de janeiro, celebrada, durante quase 100 anos, festa religiosa oferecida a São Sebastião, Co-padroeiro do município. Assim, como em dezembro, também é realizado o festejo, oferecido a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da cidade. Quando se fala em relação à primeira, tradição de culto a São Sebastião, Arruda teve grande colaboração na sedimentação do mesmo, já que atuou diretamente no que diz respeito a efetivação dos festejos, com ajudas em dinheiro para a realização das festas, tanto religiosa, quanto nas festas dançantes.

Bastante emblemático dessa sua atuação tem-se o fato, que gerou bastante controvérsia entre os moradores de Ipaumirim, de que em um grande morro rochoso, nomeado por todos como Pedra de São Sebastião, os ipaumirinsenses homenageavam Arruda com uma grande estátua que o representava medindo cerca de 15 metros de altura, porém, recentemente, especificadamente, em 2017, a estátua de Arruda foi retirada para dar lugar a uma outra, agora do próprio Santo – São Sebastião –, o que causou uma certa indignação da população. Essa polemica nos coloca diretamente no terreno das disputas de memória e de conflitos que nos auxiliam na perspectiva de decifrar as amarras que sustentaram e sustentam até hoje as memórias e representações do nosso personagem, do seu mundo e seu campo de atuação.

Raimundo Vasconcelos de Arruda, irmão do político em questão, afirma em seu livro *Itinerário de um líder*, que ao chegar no distrito de Alagoinha, Arruda viu-se diante de um cenário de injustiças e perseguições – como era comum naquela época e, vale destacar, ainda hoje – que conseqüentemente regia a formação sociocultural da localidade, pois o homem interiorano naquele tempo, mais precisamente nos idos de 1940, principalmente por falta de meios de comunicação mais avançados, assim como por estar longe dos grandes centros urbanos, raciocinava dentro dos padrões existenciais do seu lugar de vivência.

Diante dessa situação e nesse contexto, Arruda, em meados dos anos 1940, inicia sua carreira política com o intuito de mudar a mentalidade da comunidade com a qual passará a conviver, assim como transformar os costumes e modos de vida que predominava entre os mais jovens. Raimundo V. de Arruda ainda aponta que, por Arruda possuir uma maneira bem particular de pensar e diferente dos demais aos quais tal população mantinha certa convivência, algumas entidades políticas o consideravam um homem de ideias loucas, por outro lado, outros viam-no como um predestinado. Assim, tendo firmado uma boa relação de conhecimento com esse lugar e seus habitantes, podendo enxergar as precariedades e necessidades que dominavam a localidade,

A primeira ideia de Chico foi a fundação de um colégio, onde o jovem pudesse desenvolver as faculdades intelectuais e normas de civismo. Para isso, fazia-se necessária a criação de um estabelecimento de ensino. A inauguração se dera no dia consagrado ao estudante, 11 de agosto de 1941. Em homenagem a data, denominou-o de Colégio XI de Agosto. Foi o grande passo inicial para o despertar da juventude, abrindo espaço para a motivação do estudo e do lazer. (ARRUDA, 1989, pág. 68)

A partir de então, Arruda não cessou o seu desejo de continuar com as transformações estruturais e sociais em Alagoinha. Ainda na área da educação, ele procurou estabelecer uma espécie de bolsa de estudos para aqueles que tinham desejo de avançar com os seus conhecimentos da seguinte maneira: estabeleceu uma loja de tecidos no centro do distrito, sem fins lucrativos, tendo com funcionários os próprios estudantes. Aquele que obtivesse melhor desempenho na escola, ganharia a oportunidade de uma vaga no Centro Estudantil Cearense, e suas despesas seriam, então, custeadas pela loja de tecidos.

Essas ideias faziam crescer cada vez mais a admiração das pessoas que já lhe davam confiança, e, conquistava àqueles que, inicialmente, não lhe eram simpáticos. Esse fato é perceptível, pois Arruda não se preocupava apenas com a educação, mas também desenhou o seu carimbo na área da saúde, com a aquisição de um posto de saúde para o pequeno distrito, no qual, pouco tempo depois, teria a estrutura de um hospital que foi nomeado Maria José dos Santos. Arruda precisava, nesse momento, já pensando na carreira política, enlaçar-se ainda mais com aquela população, pois como político, jamais deveria estar desvinculado do coletivo.

Outro fator que levou a população a direcionar seu “bem-querer” a Arruda, seria o fato de ele não tolerar injustiças e se mostrar disposto a defender a verdade a qualquer preço. Podemos compreender melhor essa questão, a partir do fato que ocorreu no ano de 1945:

“Em 9 de dezembro de 1945, vendo um dos amigos envolvido num processo que considerava injusto, tomou a iniciativa de rasgá-lo, apesar de cultivar a filosofia de que o travesseiro era o melhor conselheiro, isso é, não tomar nenhuma deliberação sem uma reflexão. ” (ARRUDA, 1989, pág. 75)

O fato teve seus reflexos em 1951, quando foi emitido um mandato de prisão para Arruda em função de ter cometido crime de justiça, entendido como desacato pelo Judiciário, no ano de 1951. Deu-se muita inquietação com a decretação de 2 anos e 8 meses de detenção a que fora submetido. A população envolvendo todas as camadas sociais incluindo os religiosos padres – pois o mesmo mantinha muita estima pela Igreja, afirmando-se devoto fiel de Santa Terezinha – não só de Ipaumirim, mas também das cidades de Baixio-CE, Umari-CE, Cajazeiras-PB e da capital cearense Fortaleza, mostraram-se todos indignados pelo ocorrido, emitindo cartas, notícias em manchetes em jornais, em rádios, articulação de reuniões e de manifestações frente à delegacia em que estava preso. Todas essas manifestações apontavam a situação como injusta e indigna àquele homem. Também foi emitido na ocasião, um memorial contendo cartas em prol de indultos a Arruda elaborado principalmente, pelos estudantes de Fortaleza e ex-centristas amigos, apelando em favor da soltura de Francisco Vasconcelos de Arruda, que foi então endereçado ao presidente, Getúlio Vargas insistindo para que o presidente não deixasse de ouvir a voz da mocidade cearense.

Finalmente, através de sua atuação, após percorrer um longo caminho para o desenvolvimento de Alagoinha, em 1954 o distrito é emancipado, tornando-se uma cidade que será nominada Ipaumirim – que em tupi guarani significa Lagoa Pequena. Nessa condição de cidade o lugar recebeu, então, o seu cartório eleitoral, que anteriormente pertencia à comarca de Baixio-CE, pela Lei Nº 2.161 de 12 de dezembro de 1953:

Art. 1º - A sede do município de Baixio é transferida para a Vila de Ipaumirim, que fica elevada à categoria de cidade; Art. 2º - Denominar-se-á de Ipaumirim o atual município de Baixio; Art. 3º - A cidade de Baixio passa à categoria de Vila com a mesma denominação, e será a sede do Distrito do mesmo nome, divisão administrativa do município de Ipaumirim; Art. 4º - As repartições e os cargos públicos lotados em Baixio e que devam funcionar na sede do município serão automaticamente transferidos para Ipaumirim, passando deste para Baixio os seus caros distritais (...). (BEZERRA, 2003, p. 24)

Arruda, finalmente, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista após a emancipação de Ipaumirim, em 1954. A população se mostrou grata ao ponto de comemorar a emancipação do distrito na data da chegada de Arruda à Alagoinha, contando o ano de 1942 ao invés de 1954, como é comumente comentado entre os populares. Durante os anos que exerceu a função de deputado, Arruda trabalhou fortemente para fazer com que Ipaumirim crescesse e, embora tivesse que voltar a residir em Fortaleza para comparecer as assembleias e afins do meio político, ele tratou de manter sua casa em Ipaumirim, terra que adotou como sua.

No ano de 1972, Arruda sofreu um AVC – Acidente Vascular Cerebral – o que motivou a sua morte. Vale salientar que ainda hoje alguns ipaumirinos afirmam com veemência que esse AVC se deu em decorrência de um processo que levou à cassação de seu mandato como deputado estadual.

De acordo com Raimundo Vasconcelos de Arruda, esse processo se deu em relação a uma caminhoneta do tipo KOMBI que Arruda havia recebido no ano de 1962 sem ter efetuado nenhuma solicitação. Porém o veículo teria sido enviado ao deputado por um de seus amigos eleito senador, para que ele pudesse se deslocar, pois Arruda fazia suas viagens de ônibus. Mas, no ano seguinte, 1963, após ter recebido essa caminhoneta, o veículo passou a servir a população, e assim, Arruda deixou-a a disposição da Prefeitura de Ipaumirim.

No ano de 1964, já dentro dos novos rumos que o país havia tomado pelo Golpe militar de 1964⁵, Arruda, após ser questionado por um de seus adversários políticos na Assembleia Legislativa, resolveu fazer seu pronunciamento para descrever como ocorreu todo o processo de recebimento do veículo. Esse fato levou à cassação de seu mandato, sendo acusado por crime de corrupção.

Raimundo afirma que não só o processo de cassação provocou a sua morte em decorrência do AVC, mas sim e principalmente, o constrangimento que sofreu em 1970 por não poder visitar a cidade pela qual mantinha tanto apreço:

Ao visitar Ipaumirim em 1970, a convite da comunidade para comemorar os trinta (30) anos de sua chegada no referido município, recebeu, segundo me consta, um telex da Polícia Federal para se apresentar e prestar esclarecimento nessa repartição. Entretanto, qual não foi a sua surpresa com o tal convite. Após a visita, ficou muito amargurado. Foi o necessário para liquidá-lo de uma vez por todas. (ARRUDA, 1989, p. 113)

Esses episódios da vida de Francisco Vasconcelos de Arruda, constitui-se material importantes para compreendermos a partir de uma perspectiva de leitura diferente a trajetória de sua vida no mundo da política, suas escolhas e seu campo de ação. O que faremos a partir de agora, a partir do diálogo com a bibliografia que escolhemos como capaz de nos ajudar nessa direção.

1.2. Lugares e mecanismos da construção da imagem do homem público Francisco Vasconcelos de Arruda

Existem diversas formas de analisar a construção da imagem de autoridades públicas, tal como faz José Luciano de Queiroz Aires em seu livro *A Fabricação do Mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)* onde se observa a maneira como João Pessoa é eleito símbolo do sagrado, ocupando um lugar consagrado na história e na memória do povo paraibano. Aires ainda ressalta a importância das representações para que se caracterize o lugar de memória, pois “só é caracterizado como lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (AIRES, 2013, pág. 93).

⁵ No dia 31 de março de 1964, o poder é tomado de João Goulart pelas forças militares, encerrando o período populista e instaurando-se um regime nada democrático.

Esse viés simbólico que cortina a vida do personagem político Arruda, presente nas representações sobre ele ainda hoje em Ipaumirim, é o que pretendemos abordar por meios das memórias como lugares de histórias pois como alerta Aires em seu estudo, existem três possibilidades históricas essenciais sobre o estudo da memória. 1) A memória coletiva, que se refere as memórias que, mesmo sendo individuais, são sempre desenvolvidas a partir de lugares de convivência, seja familiar, escolar ou profissional; 2) os lugares de memória, que levantam a questão dos monumentos, da cultura material, uma memória apresentada em documentos e bibliotecas; 3) o lugar social, definido como um discurso que parte de um lugar social e institucional, ou seja, o lugar que está sendo ocupado no pódio da sociedade. Um exemplo característico dessas abordagens que vimos falando pode ser visto em *A Fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)*, no qual Aires apresenta a forma como João Pessoa é eleito símbolo do sagrado na memória de um povo a partir de sua carreira política. Segundo o autor,

O mito da chamada revolução de 30 foi, sem sombra de dúvidas, o ex-presidente João Pessoa (...) Ele aparece travestido de mártir e herói, como um Aquiles que, traído pelo calcanhar morreu jovem coberto de glória, cumprindo a profecia anunciada ao nascer. Para João Pessoa vivo, criou-se a imagem de estadista; morto, virou herói. (AIRES, 2013, pág. 41/42)

Assim como João Pessoa, Arruda, visto como mito político, obviamente, em menor repercussão, porém o suficiente para despertar a aura simbólica numa pequena parcela da população cearense, na qual forma o município de Ipaumirim, também teve sua história e imagem construídas de forma heroicizada. Tal fato nos instiga analisar a forma como essa imagem de herói é construída e permanece interligada com o presente, ou seja, com o jogo de interesses que elevam a imagem do político como símbolo do sagrado. Tais interesses estão intrínsecos nos discursos de encantamento sobre o personagem proferidos ainda hoje pelo povo.

Para entendimento desse intrincado universo de representações do homem e do político ainda hoje pensamos pertinente o que nos diz alguns autores sobre a política e a história.

A história, cujo objetivo é observar as mudanças que afetam a sociedade tendo por missão propor explicações para ela, não escapa a própria mudança (REMOND, 2003, pág. 13). De uma história política de ontem com preocupação centrada no indivíduo heroicizado, a história política de hoje impõe a decifração da política como um campo de

luta e de tensão assim como um campo de poder. É a partir desta ideia que se mostra necessário atentar para os fatos que afetam a sociedade no meio político, assim como as mudanças que ocorrem diante dos discursos populares que caracterizam o homem público. Assim, a História Política busca entender como se elabora a vertente ideológica de uma sociedade, levando em consideração o fato de que Arruda construiu em seu tempo uma imagem, assim como deu margem para que construíssem outras imagens sobre si a partir de fatos de sua vida que causaram a comoção popular. Assim, ao situarmos sua história, não se trata de uma história da classe política, mas sim das estruturas político-sociais, isto é, do meio social e coletivo que possibilitou sua atuação e sua vivência na sociedade Ipaumirinense. É nesse sentido que se torna importante falar em opinião pública, em coletividade. O que seria do homem público, ou que deseja se tornar público, se não houvesse a análise do público a quem se direciona? Segundo Jean-Jacques Becker, a história da opinião pública é uma história de profundidade que tem por finalidade perceber a atitude, o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos. Nessa perspectiva abordada pelo autor, adentramos no que estamos tratando aqui do entendimento da história política.

Outro autor, estudioso da questão, Remond (2003)⁶ ainda nos adverte que “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.” Nesse sentido, mostra-se necessário imiscuir a esta produção a História Social, voltada para o exame dos grupos humanos e seus modos de encarar os fatores políticos considerando os pensamentos, ações e ideias da população ipaumirinense, no que diz respeito a atuação de Arruda como autoridade pública que tomou para si a responsabilidade na ocasião da pequena Alagoinha. Podemos dizer que, como afirma Jean-Jacques Becker, não há opinião pública acerca de algo ou alguém, estática, ou seja, essa opinião se forma através dos costumes e hábitos da sociedade, da formação moral e intelectual e das memórias e que passam de geração em geração.

É fundamental trabalhar a ideia de memória, encaixando-se ao pensamento de Andreas Huyssen, no sentido de que um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das

⁶ Para uma análise mais completa sobre História Política, ver: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais (Huysen, 2000, pág. 09). Para tanto, entende-se que a memória dá forma aos nossos elos com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Mas esta memória seria apenas o resultado de uma fabricação? Deve-se considerar o fato de que existe uma memória condicionada à nível de longo prazo, resultando de propagandas que se fixam no inconsciente da população.

Em um contexto geral, ao longo dos anos, muitos historiadores voltaram os olhos para “atores políticos” em que seus legados, memórias e símbolos permitissem a construção de imagens e discursos que são utilizados na reelaboração de políticos no presente, “como indivíduos e sociedades precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro” (Huysen, 2000, pág.67). Desta forma, repita-se, é imprescindível pensar o conceito de memória, acerca da fabricação de um mito político que perpassa as gerações há algum tempo, assim como é importante dar reconhecimento ao fato de que muito da memória de cada indivíduo não é precisamente original, pois toma como base depoimentos e lembranças de outras pessoas, em sua maioria, mais velhas. E é isso o que dá sentido ao que chamamos de memória coletiva, passada entre as pessoas de uma sociedade, mas, ao mesmo tempo, tornando-se particular, pois é o indivíduo que a recorda.

Um exemplo temos quando tratamos atualmente da imagem do servidor do Estado no caso o político e a tendência de que não deve jamais ser exposto a partir de uma imagem desfavorável. Tudo o que pode contribuir para engrandecê-lo é o que deve ser exibido (ABREU, 1996)⁷. Nesse sentido há uma intenção declarada e lugares de construção dessas imagens.

Assim como a sociedade do século passado, nesse caso de Arruda e especificadamente de sua atuação nos anos 1950, percebe-se uma intenção de que as gerações futuras devam conhecer e apreciar a grandeza do homem público que deseja se tornar imortal. Os serviços prestados a sociedade, as obras de caridade, a generosidade demonstrada, a quantidade de pessoas que rodeavam o Francisco Vasconcelos de Arruda, deveriam ter em mente que estavam naquele lugar não apenas por aquele homem ser um político e dever, por obrigação, servir ao povo, mas, muito além disso, pela pessoa que

⁷ Ver melhor em: ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: história, memória e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ele demonstrava ser, na qual, independente do Estado, estava ali na condição de amigo de todos. Como nos afirma José Murilo de Carvalho, o herói político é um símbolo poderoso que, através dos seus atos e sensibilidades, atinge a cabeça e o coração da coletividade (CARVALHO apud AIRES, 2013).

A imagem de Arruda como homem, humano, passível de defeitos está diretamente ligada à sua imagem de político, uma vez que é sempre citado na obra dedicada à sua trajetória, o fato de ele repudiar injustiças a quem quer que fosse. Ao nos dar a informação de que esta renegação vem de berço, estando intrínseca em sua índole, Raimundo V. de Arruda está também legitimando a ideia de que o nome de seu irmão deve permanecer marcado na história de um povo, independentemente de o mesmo ter escolhido a vida pública ou não.

A busca pela construção da imagem do homem público por vias do posto na documentação historiográfica, envolve o político em uma aura propagandista, ou seja, a tentativa de transmitir valores político-sociais para que ocasione a adoração e louvor dos indivíduos. Contudo, considerando a imagem enaltecida de Arruda, bem como a maneira como o passado se faz presente na história de Ipaumirim- CE, é imprescindível atentar para o conceito de representação que no dicionário da Língua Portuguesa, em um de seus significados, apresenta: “aparato inerente a um cargo ou à posição social.” Todavia, partindo de Roger Chartier, as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Essas representações consistem, materialmente, em bustos, estátuas, fotografias, enfim, objetos que possibilitam a ligação entre o que se pode ver e o que não se pode ver. Em outras palavras, é o que nos permite imaginar o que nunca vimos sobre alguém que não nos é contemporâneo. No caso de Arruda, essa ligação se encontra nos registros fotográficos em momentos de glória, de conquistas públicas, inaugurações de escolas e jantares beneficentes e, não menos importante, celebrações religiosas. Vale salientar que a ligação com a religiosidade está fortemente entrelaçada com a conquista do público, principalmente quando se trata de pequenas localidades sob influência e soberania do catolicismo, como era em Alagoinha da década de 1940, assim como ainda o é na atual Ipaumirim do século XXI, mesmo que em menor escala.

Esses são momentos e lugares que legitimam a imagem de homem honesto que usou de seus conhecimentos para servir ao povo, e que serão vistos por gerações futuras, para que o exemplo de político honesto não se perca na história. Momentos que precisam

existir, pois “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos.” (CHARTIER, 1991, p. 12)

Assim, no que diz respeito à análise do homem público, é preciso atentarmos para a importância que merece ser dada ao estudo das representações como alerta Roger Chartier, pois, que:

a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é. Dessas imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não (CHARTIER, 1991, pág. 184).

Isto nos mostra a necessidade de percebermos o trabalho dos políticos e de seus grupos em materializar o que estes homens procuravam representar para o povo, filtrando nessas representações materiais apenas o que era comum a vontade coletiva, assim como a conservação de documentos oficiais ou pessoais, que simbolizam suas contribuições nos lugares em que passaram. Esses meios de formação da imagem do homem público têm por missão apresentar ao meio social a nobreza de seus atos e serviços prestados ao povo.

Além dos bustos, documentos, entre tantas outras formas de representação, “alguns adereços serviam, muitas vezes, para denotar civilização” (ABREU, 1996). No caso de Arruda, em todas as fotografias existentes ao público, é recorrente o uso de um terno de linho branco acompanhado de uma gravata e, ainda, os óculos redondos no rosto. Ainda, de acordo com Abreu

...as fotografias formam um conjunto altamente revelador. Elas contam histórias, revelam o ambiente, falam sobre a atmosfera que cercavam o personagem principal da nossa trama. É preciso desvendá-la em seu conjunto e dissecar cada uma em sua arquitetura interior. Tal como os objetos tridimensionais, elas, também, são semióforos, pontes entre um mundo visível e um outro, invisível, sobre o qual repousam os significados. (ABREU, 1996, pág. 101)

Em estátuas e bustos pode-se encontrar os mesmos acessórios materiais. É importante pensar que estes têm algum significado na construção do que Arruda pretendia apresentar, pois, estes carregavam consigo toda uma carga simbólica de ideais que no caso específico apontam para a imagem de homem moderno que poderia trazer a modernidade e o progresso para o local em que vivia. Tomemos como exemplo a forma de aparição da imagem do político:



FIGURA 01: Francisco Vasconcelos de Arruda. Fotografia consta no livro *Itinerário de um líder*.

Não se pode negar que é comum a boa vestimenta e um par de óculos demonstrarem seriedade e, por vezes, inteligência, como peças fundamentais no auxílio da moldura do homem público, que, mesmo após sua morte, se perpetuará como sua verdadeira identidade, ainda que esta constatação seja uma peça do preconceito humano.

Aqui merece incluir uma fala sobre memória de acordo com Jacques Le Goff, a respeito da questão sobre documento/monumento, pois, como o próprio autor nos afirma, todo monumento é um documento que, quando decifrado, leva às histórias intencionais e não intencionais que o construíram. Nesse sentido, segundo Le Goff, o monumento é tudo aquilo que pode chamar o passado, perpetuando o que se pode considerar recordação, como por exemplo, os escritos, as esculturas, as arquiteturas, etc.

É preciso atentar para as reflexões de Le Goff acerca desses materiais que se aplicam à memória coletiva e, conseqüentemente, à história como ciência, pois o monumento se encontra na condição de herança para a memória coletiva, partindo da escolha dos historiadores que se dedicam à compreensão do desenvolvimento temporal

do mundo, sendo esta através da ciência que estuda o homem no tempo. Vale salientar que para o ofício do historiador, a concepção de documento foi ampliada e enriquecida, graças a revolução documental empreendida no século XX pela *École des Annales*, que, segundo Le Goff, tornou viável a necessidade de romper com a limitação da definição de documento referindo-se apenas aquilo que é escrito. Ou seja, esse enriquecimento se dá com a eliminação da ideia positivista de que o documento histórico seria apenas o que se pode comprovar com documentos em texto.

Não obstante à precisão de pensar nos processos históricos de uma forma mais ampla, a memória coletiva passou a não voltar o seu interesse apenas aos grandes homens e seus grandes feitos, grandes acontecimentos na história de viés diplomático, político e militar, podendo, então, todos os homens se tornar objeto de interesse da história que, junto com a ampliação dos documentos, passam a ampliar também a capacidade de trabalho do historiador.

É importante merecer nesse contexto que é nesse sentido de ampliação que contamos com a chamada nova história política, que surge justamente pela emergência de novas abordagens. Segundo René Remond (2003, p. 26) além do diálogo com outras ciências, esta incorporou um intenso contrato com o universo cultural que dialoga com a sociologia, a antropologia e a linguística, compreendendo o mundo simbólico e de representações que acompanhando o universo cultural, envolve essa nova história.

Cabe, então, ao historiador, partindo da análise de Jacques Le Goff, problematizar o documento e sua produção com um olhar inteligente, compreendendo que a presença ou ausência do documento está à mercê das causas humanas que também não devem escapar às análises da história, buscando pelo despertar crítico as condições de sua produção histórica, tal como as relações de poder que ali se estabelecem.

Ou seja, o que estamos destacando é que no campo da política moderna há um lugar de investimento na construção de imagens que se prestarão a apresentar o político de acordo com os preceitos modernos de representação dos mesmos.

Compreendendo toda essa organização física e abstrata em torno da imagem que deve ser passada, concluímos que a identidade do homem tem todo o seu sentido no coletivo, no social e não, ao contrário do que se pode pensar, apenas à satisfação do privado. Segundo Moreira Neto (2013), a construção da identidade tende a se constituir a partir do polo coletivo, ou seja, do lugar social em que o indivíduo ocupa, dos

sentimentos da família, das práticas e experiências cotidianas. Dessa forma, não se deve achar que o político tenta agradar-se subjetivamente de forma singular e única, mas sim apontando para a pluralidade do coletivo.⁸ Segundo Abreu (1996), o privado encontra-se subordinado ao público.

Partindo da perspectiva que empreendemos neste capítulo, atentamos para as memórias sociais, entendidas como a construção de imagens a partir de fatos ocorridos em um determinado tempo e espaço, e, portanto, como um processo histórico de formação, nas quais pretende-se mostrar uma ligação com as políticas simbólicas que fabricam e idealizam a imagem do político, possibilitam a este estudo a compreensão de como se realiza o processo de transformação do político em símbolo sacramentado por suas atuações em determinadas localidades.

O período que este estudo se propõe a trabalhar, retrata os anos em que Arruda sofreu as maiores oscilações de sua carreira política, assim como também foi uma época marcante para o Brasil, pois se trata da passagem do governo Vargas para os chamados Anos Dourados, regidos pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e, logo em seguida, pego pelo golpe militar de 1964. No próximo capítulo, irei me aprofundar mais a esta questão, apresentando a sociedade política ipaumirinense no momento histórico, compreendido entre 1945 e 1964, assim como uma análise das siglas partidárias no contexto em que o político estava inserido.

⁸ Mariana Moreira Neto discute sobre a definição de identidade do nordestino como uma atividade marcadamente social situada em uma bipolaridade entre o individual e o coletivo. Ver em: CEBALLOS, Viviane Gomes de.; CEBALLOS, Rodrigo.; LÔBO, Isamarc Gonçalves.; NETO, Francisco Firmino Sales (Orgs.). **Nordestes e nordestinidades**: histórias, representações e religiosidades. Cajazeiras: Gráfica Real, 2013.

CAPÍTULO II

CULTURA POLÍTICO-SOCIAL NO SERTÃO NORDESTINO

Este capítulo busca fazer uma análise do contexto político em que a sociedade ipaumirinese estava inserida entre 1945 e 1964, compreendendo o meio social e os aspectos que conduziam Francisco Vasconcelos de Arruda em suas vivências e em sua carreira política que o fizeram conquistar a condição de pessoa com uma popularidade que extrapolou as fronteiras municipais passando a ocupar o cargo de deputado estadual estando, portanto, envolvido politicamente não só em uma localidade restrita, mas com o país. Assim, analisaremos, primeiramente, a conjuntura política do Brasil Nesse momento, cujo véu ideológico se caracterizava como governo de caráter Populista, período compreendido entre os anos 1945 a 1964. Num segundo momento, trataremos da região Nordeste no contexto dessa política e, mais especificadamente o município de Ipaumirim – Ceará, lugar de projeção e atuação do deputado estadual Francisco Vasconcelos de Arruda que como homem público estava sujeito a se deparar com facilidades tanto quanto com limitações políticas para executar seus planos no interior cearense. E, no terceiro tópico, buscarei analisar as siglas partidárias e o que as mesmas propiciaram como escolhas do político Arruda para o seu contexto de atuação parlamentar.

2.1 – Brasil: a República Populista como marca simbólica do moderno

O período compreendido entre os anos 1945 à 1964, foi marcado por uma experiência liberal-democrática, em que os brasileiros tiveram seu primeiro encontro com a “eleitoralização”⁹ da política e de conhecimento dos partidos políticos nacionais após mais uma manobra de Getúlio Vargas que se mantivera no poder de 1937 a 1945 quando em uma atitude golpista barrara ali as eleições constitucionais. Afastado do poder, Getúlio volta em 1951 para logo mais encerrar sua cadeira quando comete suicídio. Em outras palavras, esse período que demonstra um ar de liberalismo, estando

⁹ Termo usado para definir a redemocratização da política brasileira. Ver em: CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964). In: **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

intrínseco à importantes movimentos sociais da história republicana, como greves sindicais, formação de associação de trabalhadores rurais, etc., consolida o que podemos chamar de República Populista.

Sem dúvidas, dá-se início um novo ciclo na história brasileira, considerando que aí se tem a eleição para primeiro estadista desse período, vencida pelo General Eurico Gaspar Dutra permitindo a Constituição de 1946 que devolve ao Congresso o dever de representar a sociedade civil, assim como procurou evitar a volta das arbitrariedades do governo Vargas. Enquanto em âmbito nacional, se vive um realinhamento democrático e as representações de municípios e regiões mais distantes do centro de poder se alinham em um jogo político que provoca o despertar do coronelismo. Segundo as palavras de Aspásia de Alcântara Camargo:

No entanto, ao abrir-se o jogo político, o que ocorre é a rearticulação das representações municipais e regionais, e o reativamento do fenômeno coronelista, ainda em plena vigência enquanto expressão econômica e social. Se o Estado Novo não o inibe, mas o controla, na nova ordem democrática, a disputa eleitoral espontaneamente atribui papel relevante na vida política aos que detêm o domínio real das clientelas rurais e municipais. (CAMARGO, 1996, p. 143)

Todavia, esse processo que derruba o Estado Novo e convoca as eleições de 1945, merece realmente esta nomenclatura? Ainda seguindo a linha de compreensão de Camargo o ponto inicial do primeiro governo constitucional do que chamamos de República Populista, será de desmobilização e estancamento do ímpeto inicial, a volta da ilegalidade do Partido Comunista do Brasil em 1947, o controle das manifestações das massas e das demandas sindicais que se iniciaram com o *queremismo*¹⁰ de 1945. É também esse processo responsável por atingir várias organizações de organização dos trabalhadores da cidade e camponeses, entre elas, as Ligas Camponesas que, mais tarde, voltaram com mais vigor e maior capacidade expansiva.

A respeito dos movimentos camponeses, Camargo nos mostra que assim como o momento e a luta em defesa da Reforma Agrária outras lutas condensadas no que se chamou de Reformas de Base, foram pensadas nos anos e décadas que se seguiram com a importante participação da Igreja Católica que inicia, já em 1950, um movimento de reação aos programas implementados ao meio rural. Mas, seria esse envolvimento

¹⁰ O “*queremismo*” foi o movimento marcado pelas manifestações populares, realizadas por trabalhadores urbanos e simpatizantes do populismo varguista, no qual as pessoas carregavam a mensagem através de faixas e de gritos “Queremos Getúlio”.

inocente? A Igreja deseja, sobretudo, recuperar sua simpatia no ambiente rural e suas intenções são esclarecidas quando da insistência na necessidade, antes de tudo, na formação de líderes rurais que trabalhassem em prol da recuperação do proletariado camponês, pois só assim conseguiriam montar um esquema de defesa contra as influências externas indutoras de agitação e revolução. Almejou-se, inclusive, o alcance dos mesmos direitos que os trabalhadores urbanos tinham conquistado em décadas de luta para o camponês, a exemplo da assistência médica, cursos técnicos, proteção contra acidentes de trabalho, assistência a velhice, assistência com os casos de invalidez, implemento de crédito rural e etc. Estes agentes da Igreja Católica se portavam frente a essas questões, acreditando que, através desses quesitos, o trabalhador rural recuperaria o sentido do ser cristão e a mínima condição de ser humano. Como se vê, essa conjuntura mapeava questões de cunho social que foram sendo traçadas já no último governo de Getúlio Vargas.

2.1.1 – Segundo período de Governo Vargas

Assim como se mostra a precisão de citar neste contexto a importância da Igreja católica nos movimentos agrários, também se torna imprescindível colocar em questão segundo período de governo do presidente Vargas, que teve seu fim em dezembro de 1954 com o suicídio do presidente. Mas, antes do trágico momento, em 1951, Vargas escuta os anseios reformistas e dá atenção a situação camponesa, por seu interesse o Ministério do Trabalho ainda sob o comando de Jango, promove o incentivo à formação de sindicatos rurais. É justamente nesse momento, que se intensifica a migração do campo para as grandes cidades:

No Governo Vargas, cedo a oposição desperta para o problema agrário. Muitos assustados pelos visíveis efeitos de um acelerado êxodo rural que altera a fisionomia das grandes capitais, transferindo para elas os graves problemas que afligem o campo, conclamam a adoção de medidas governamentais corretivas. (CAMARGO, 1996, p. 148)

Devo frisar que, mesmo com mais baixos do que altos nas tentativas de projetos que beneficiassem o campo, não houve a concretização, de fato, de uma Reforma Agrária. As resistências às reformas no campo partiam do Congresso conservador e também do Executivo muito embora, “as injunções o obriguem a assumir compromissos interpartidários em favor das transformações sociais no campo” (CAMARGO 1996). Sendo assim, a promessa de Reforma Agrária permeia toda a campanha eleitoral,

refletindo também, a posteriori, nos próximos governos, pois o motivo alegado de encontrar pelo caminho tantas dificuldades para aprovação dessa reforma, se encontrava na obediência à Constituição.

Portanto, com base nos fatos descritos anteriormente, é interessante assinalar as condições pelas quais esse período denominou-se, universalmente, populista e como esta fase foi divulgada e articulada. Para isso, considero imprescindíveis as colocações de Ângela Maria de Castro Gomes a respeito do termo “populismo” no vocabulário político brasileiro, a partir dos anos 1950. Compreendendo Gomes, ser popular significava estar próximo ao povo, especialmente ao trabalhador, organizados em associações ou não, reconhecidos sindicalmente ou não. Era aproximar-se e dar a essas pessoas a oportunidade de expressar seus anseios, para ganhar cada vez mais a confiança da massa proletária. Isto significava ser moderno e, quando esse termo aparecia como uma característica positiva do político, significava ter acesso à muitos votos.

Seguindo a mesma perspectiva, a cultura populista tinha fortes razões sociais, pois o país estava vivendo um momento de transição, deixando de ser uma sociedade rural, para uma sociedade de bases urbano-industrial. Situação esta, fortemente ligada ao fenômeno das migrações do campo para a cidade, dando espaço emergencial para os governos de práticas populistas.

2.1.2 – 1956 – 1960: Os anos dourados de JK

Deve-se pautar neste contexto que o termo populismo não se traduz em um lado positivo da política, pois, temos em conta que uma parcela ignorante da população – analfabetos que não sabiam votar – estava sujeita a ser conduzida por esses atores populares e carismáticos, mesmo que estes não tivessem condições e nem projetos políticos. Desta forma, o termo populismo foi usado pela oposição aos governos populistas, ou seja, pelos partidos conservadores, para designar as lideranças que manipulavam a parcela não alfabetizada da sociedade, que, diga-se de passagem, dizia respeito à esmagadora maioria da população, explorando a ignorância do eleitorado. A esse respeito, Ângela de Castro Gomes usa como exemplo as eleições de 1955:

A campanha eleitoral de 1955, ocorrida após o trágico evento do suicídio de Vargas e, na qual Juscelino e Jango compõem a chapa de aliança do PSD-PTB, é um bom exemplo do que quero assinalar. A

possibilidade do retorno dos “homens do Estado Novo” do “getulismo sendo ressuscitado” é uma forte bandeira da oposição udenista e de todas as oposições, fossem estaduais ou nacionais. Elas consideravam que o país e a “democracia” corriam sério perigo, especialmente ante a presença da candidatura Jango, símbolo por excelência do passado que se desejava evitar e que vinha sendo materializado na antecipação de um futuro sob o domínio do ‘populismo’. (GOMES, 2002, p. 43.)

Diferentemente do que pregou a oposição no que se refere ao populismo e a campanha de JK e Jango, como nos afirma Ângela Maria de Castro Gomes na citação acima, quando ouvimos falar nos anos 1950, logo nos vêm à memória a glória contada dos chamados “anos dourados”, que teve como precursor o presidente Juscelino Kubitschek junto ao seu Programa de Metas, com intensa propaganda de ações no setor industrial e automobilístico. Esse viés foi considerado por Gomes como uma diretriz deliberada de industrialização, que prometia desenvolver o país, fazendo com que a Pátria Amada crescesse “50 anos em cinco”, que contou com seu maior símbolo progressista: a capital Brasília. Num contexto histórico e nessa conjuntura não se pode negar que esse projeto de modernização, de fato, obteve sucesso. Como nos aponta Ângela de Castro Gomes (2002), é correto reconhecer que

...o Brasil cresceu muito e a proposta de que o desenvolvimento econômico caminhasse junto com o desenvolvimento político acabou por associar o Brasil “moderno” ao Brasil “democrático”. Mas ainda, a ideia a ideia de que tudo isso não se faz sem cultura ou, dito de maneira mais conforme aos anos 1950, sem que as forças do “atraso” sejam suplantadas, qualificou o tipo de esperança que se mobilizou na época como recurso político. (GOMES, 2002, p.12)

Embora, como destaca a autora acima referenciada, tenha sido real um crescimento, ele não é satisfatório para todos os setores sociais. Como aponta Camargo (1996) no tocante ao setor agrícola, não se pode afirmar que este se desenvolveu com o mesmo empenho, embora nos primeiros dias de governo, Juscelino demonstre uma sensibilidade para com à causa reformista quando afirma em uma mensagem presidencial que

...a inferioridade econômica da população camponesa é uma resultante, antes de tudo, na inadequada estrutura agrária, no que respeita ao regime de propriedade da terra: um desequilíbrio entre o número reduzido dos proprietários rurais e o número elevado dos que trabalham em gleba alheia. (KUBITSCHKEK apud FAUSTO, 1996, p. 154)

Diante dos fatos que promoveram os anos dourados de JK, deve-se reconhecer e compreender que, o contexto daquele período era um forte aliado para a construção

sacramentada de Juscelino Kubitschek como presidente, pois o seu mandato, além de se sustentar em um viés progressista, encontrava-se, justamente, entre o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e, posteriormente, a renúncia de Jânio Quadros seguida do golpe militar de 1964. Dessa forma, Juscelino pôde ser consagrado como símbolo de modernidade, que atuou e representou um tempo de “oportunidades e esperanças”¹¹. Em suma, esse foi um período de expansão da representatividade popular, assim como de participação política das cidades e do campo, embora o Código Eleitoral existente excluísse os analfabetos. Da mesma forma merece atenção o fato de como nesse período se estabeleceu um sistema multipartidário nacional, possibilitando a competitividade com efetiva alternância de poder. Assim é necessário dar importância ao fato de que todo o plano de desenvolvimento apresentado e executado por Juscelino Kubitschek, os avanços da indústria automobilística e as representações de governo apaziguador fez com que, no período em que esteve no poder, JK deixasse sua marca como interessado em solucionar os problemas que assolavam o país a partir de um espaço de diálogo como os crescentes conflitos gerados pelos movimentos camponeses, as intensas atividades dos sindicatos e partidos e, não menos importante, as intervenções feitas pela Igreja na área político-social, sobretudo na região Nordeste. Era o período de conciliação entre o velho e o novo, entre as elites e as massas.

Além dos investimentos realizados por JK nos setores industrial e automobilístico, atentamos para a “solução” nordestina. No caso, refiro-me à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Mas, antes, é preciso abrir uma discussão para o compreender melhor como este órgão se desenvolveu, deixando claro que teve seu primeiro suspiro ainda no segundo período do Governo Vargas, pois, como nos afirma Camargo: foi o governo Vargas a matriz inspiradora de uma política nacional de correção dos graves desequilíbrios regionais que se acentuaram com a industrialização do país, aumentando as diferenças sociais entre o Nordeste e o Centro-Sul. Mas suas raízes só foram de fato fincadas com Juscelino Kubitschek.

¹¹ Ângela de Castro Gomes descreve o período de governo de Juscelino Kubitschek como um tempo de oportunidades e esperanças, em virtude dos projetos de desenvolvimento nos setores da indústria e automobilista. Ver em: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Antes de mais nada, pensou-se em setores que amparassem a classe agrária, marginalizada, nas quais, obviamente, as populações camponesas são as mais atingidas. Nesse sentido, se fortalece a estratégia de desenvolvimento do setor agrário com os olhos voltados para a região Nordeste, pois havia intenso massacre da população pelas secas periódicas. Para a resolução desses problemas e, tomando como base os movimentos e iniciativas regionais, implementou-se a chamada Operação Nordeste, discutida no Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Recife no ano de 1955, a fim de discutir setores como combate às secas, energia elétrica, agricultura, educação, transportes, etc. É nesse contexto que se menciona a necessidade de uma Reforma Agrária que busque desenvolver economicamente o país, produzindo gêneros de subsistência, assim como a preservação dos produtos feitos no Nordeste:

...uma Reforma Agrária que vise o desenvolvimento da economia do país e à maior produção de gêneros de subsistência. Recomenda-se a desapropriação de terras situadas no 'Polígono das Secas' ou em áreas beneficiadas por obras e serviços do governo, o estímulo à diversificação da produção, a criação de núcleos de cooperativas em zonas próximas aos centros de consumo, à expansão do crédito rural, a à lavoura de subsistência nas 'faixas verdes' próximas aos centros urbanos. Fala-se na defesa dos produtos do Nordeste, e um claro apoio é dado ao recém-criado Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), e ao futuro Serviço Social Rural (SSR). (CAMARGO, 1996, p. 162)

O conjunto de sugestões e planejamentos para beneficiar a região nordestina, transformou-se e uma das metas do Programas de Metas de Juscelino Kubitschek, que de início consagrou-se Operação Nordeste (OPENO). Logo em seguida, a OPENO se uniu ao reconhecimento oficial da SUDENE, o que abriu duas vertentes divergentes: uma levantou a desconfiança geral das elites regionais, pensando ser estes órgãos um conjunto de manipulação e controle da região; por outro lado, confrontou-se um grupo contraelite que imaginou ser esta a solução para a implantação de uma reestrutura agrária.

Certamente, a SUDENE objetivava estimular as famílias para a produção e o cultivo rural de alimentos. A consolidação de seu projeto visava a modernização da região, aplicada a partir de alguns governadores de Estados nordestinos recentemente eleitos. Caberia a estes representantes manter uma ligação direta com a Presidência da República acerca do projeto; “e incorporação da grande máquina administrativa e financeira, que é o DNOCS, para dar futuro ao órgão mais recursos e maior capacidade de controle de intervenção” (CAMARGO, 1996).

Contudo, deve-se enfatizar que com tais projetos, a questão agrária parecia estar adormecida, mas esta reemerge com apoio de uma gama extensa das forças políticas. A implantação da SUDENE estava a representar, no plano agrário, o avanço dos moderados sobre os radicais e, à nível econômico, tornava viável o acesso à argúcia capitalista dos centros sulistas no Nordeste. Nesse sentido, com a SUDENE, a miséria torna-se mais visível, pois esta, anteriormente, estava maquiada pelo tradicionalismo ideológico do setor capitalista, que direcionava a situação de miséria à ignorância e ao atraso regional, só podendo ser desmascarada em condições de longo prazo, através de políticas de saúde e educação, energia, transporte e técnicas agrícolas.

A região nordestina e o campesinato que nela estava inserido viram-se ameaçados por uma situação emergencial que deveria ser corrigida pelos governos e homens que os compõem, pois estava em risco, sobretudo a integridade regional. Assim, muitas discussões em torno da eficácia da SUDENE começaram a ser postas nas áreas de consenso reformista, e nesse contexto

... as organizações camponesas que se expandem durante o período Kubitschek, indiretamente favorecidas por um clima de abertura e tolerância, adquirem especial ressonância, de tal forma que, ao final do quinquênio, registra-se nítido acirramento: a igreja, os partidos de esquerda, intelectuais e estudantes, e por fim o Estado, a ele darão o seu concurso, estabelecendo, pela primeira vez, o vínculo entre as plataformas reformistas e seus eventuais beneficiários. (CAMARGO, 1996, p. 168)

Assim, as massas camponesas acabam por transformar-se em potenciais de atores políticos, pois surge junto do problema, o vigor de novas propostas que visam mudar a natureza do pacto político vigente com o respaldo da consciência camponesa.

2.1.3 – O Governo Janista (1961) numa conjuntura de continuidade de lutas sociais

As eleições de 1960 elegem para Presidente da República o candidato Jânio Quadros, que marcou um curto e dúbio período no posto presidencial de apenas sete meses. Seu breve mandato foi marcado por uma ambiguidade em sua política e o inesperado momento de sua renúncia, pois guardava uma política externa conservadora, contraposta com uma política progressista. É importante ressaltar, de início, que a longa data a candidatura de Jânio Quadros estava interligada com o poderio militar em

articulação de uma política de estabilização capital e moralismo administrativo, contrariando os princípios de política populista que estavam em vigor naquele momento, diferenciando-o dos demais populismos “conferindo ao seu instável e meteórico desempenho um grau máximo de autonomia”.

Uma de suas primeiras ações de governo é articular-se não só aos órgãos militares, mas também aos Estados Unidos da América, tendo como estratégia governamental a entrada do Brasil no grupo das grandes potências mundiais, o que para o norte-americano recém-eleito Presidente Kennedy, era de grande valia, pois já vinha unindo interesses com outros países da América Latina.

Além das estratégias de articulação com os militares e os Estados Unidos, estava sendo posto em discussão o velho assunto sobre a Reforma Agrária, assim como outras medidas de reforma que vem à pauta através de lideranças civis e políticas. Jânio Quadros se dispôs a impulsionar transformações no campo, com o objetivo maior de facilitar o acesso à terra e assegurar à propriedade no seu sentido social. Inclusive, demonstra o desejo de expandir o crédito agrícola e estimular a produção de alimentos a partir do financiamento da lavoura de subsistência e o incentivo às cooperativas para culturas alimentares.

O novo governo pretendia não se limitar, no que se refere à questão agrária, à simples regulamentação das relações trabalhistas, mas sim, procura inserir-se em um compromisso de organização jurídica que corresponde ao progresso e, sobretudo o bem-estar e a segurança do homem do campo e, ainda, de acordo com o que nos aponta as colocações de Aspásia Alcântara de Camargo,

...o novo governo se dispõe a aplicar ao mundo rural uma multiplicidade de medidas que variam da penalização tributária ao confisco, redistribuindo as riquezas em função da produtividade e dos investimentos de capital e de trabalho, de maneira tal que seja punido o absenteísta, o especulador ou inepto, em favor daquele que realmente trabalha com a terra. (CAMARGO, 1996, p. 172)

A sociedade civil logo se manifestou em busca de respostas para uma Reforma Agrária, enviando ao presidente um memorial que apontava os rumos que desejavam para uma política agrícola, e assim, Quadros procurou dar cumprimento as suas pretensões, compondo, para tanto, logo no seu primeiro ano de mandato, o “grupo de trabalho sobre o estatuto da terra”. Vale ressaltar que a reforma agrária seria a solução política que

consolidaria o regime democrático, ou seja, seria um instrumento emergencial para a redemocratização e promoção social brasileira.

Além do que se pôde compreender perante o que já foi mencionado acima, vale salientar que o presidente havia tomado medidas relevantes para o pequeno produtor do Norte e Nordeste que estava, de certa forma, excluído do sistema oficial de créditos, liberando um bom saldo em crédito para auxiliar os financiamentos prioritários para os trabalhadores que não tinham terras.

No entanto, os líderes políticos representantes dos ruralistas, juntamente com os grandes latifundiários, começaram a se mostrar desconfiados das transformações propostas por Jânio Quadros, temendo o aumento das dificuldades no campo social. Diante dessa reação, o projeto perdeu força na Assembleia de aprovação. É verdade que a Reforma Agrária não se realizou, pois, o Governo Jango durou poucos meses e durante esse tempo houve muitas pretensões e poucas realizações.

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia o posto presidencial e acaba por deixar o país em uma situação conflituosa, coberto por uma das maiores crises da história republicana, sob um clima de incertezas e confrontos políticos. Alguns historiadores e estudiosos do período, veem, como um dos motivos, senão o mais forte, da renúncia de Jânio Quadros, o fracasso da Reforma Agrária, ainda que ele tenha afirmado em depoimento que renunciou ao cargo presidencial porque percebeu que só conseguiria levar o mandato adiante perante um sistema de barganha política com as oligarquias que o contrariavam.¹²

¹² Ver melhor em: CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

2.1.4 – O Governo Jango: entre a renúncia e o golpe (1961 – 1964)

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart – Jango – seu vice, assume o cargo de Presidente da República, porém, diferentemente de seu sucessor, é caracterizado como “herdeiro de Vargas”. Ao contrário de Quadros, Jango procurou formar alianças com os demais partidos, com pretensões hegemônicas, comprometido com o nacionalismo e o trabalhismo, desenvolvendo um impasse político que acaba por deixá-lo sem apoio nenhum frente aos seus adversários que, ao mesmo tempo acabam sendo fortalecidos pelo apoio militar, assim como o norte-americano e das classes produtoras, o que também vem por incluir a grande propriedade rural.

No governo Goulart, a situação no Nordeste é precária e como tal geradora de conflitos e tensão que se traduzem no apelo pela necessidade de instaurar de imediato uma Reforma Agrária com condições para realizá-la. Em palavras de Camargo:

Nunca tantas forças se manifestaram convencidas da necessidade e da urgência de uma reforma agrária. O governo, a classe política, a sociedade civil, as associações camponesas e mesmo as classes produtoras, que, em posição ofensiva, aceitam medidas de transformação social no campo. No entanto, a multiplicidade de propostas encobre interesses e compromissos de natureza diversa. (CAMARGO, 1996, p. 201)

É preciso compreender que o Governo Goulart se encontrava sob pressão de um campesinato mobilizado, cujo objetivo era a luta para que fossem expandidas até o campo as políticas do trabalhismo. Para o campo, essa pauta provocou uma discussão a partir da perspectiva de uma negociação que pagaria as indenizações da dívida pública, implicada pelo deslocamento das bases rurais. Nesse sentido, ocorre a aceitação da Reforma Agrária, desde que essa ação venha a significar a facilidade de créditos, o incremento da produtividade e o acesso à mecanização agrícola.

Como vimos, os autores em estudo apontam na conjuntura do que se chamou de Governos Populistas uma intensa mobilização no mundo do trabalho, ora de viés mais verticalizada pela ação do governante, ora mais horizontalizada pela pressão dos movimentos sociais organizados, a exemplo da questão agrária/ruralista/camponesa, campo privilegiado de profundos embates, permeados por crises e reajustes justapostos em momentos pontuais por prática social, de luta por igualdade pautada em uma prática política da democracia.

2.2 – Alcance das políticas nacionais dos governos populistas no interior do estado cearense: Ipaumirim.

Elaborarei aqui uma recapitulação das discussões prestadas no tópico anterior, entendendo que aconteceu uma linha sucessória de governos populistas, muito embora não possamos julgar todos com esse caráter, como por exemplo, o governo de Eurico Gaspar Dutra que muito mais foi opressor do que popular. Mas, em uma linha respectiva, podemos demarcar o governo Vargas, excepcionalmente em seu segundo período, que intencionou estender o trabalhismo como política reguladora do mundo do trabalho, assim como também se nota a sua perspicácia em defender o nacionalismo e o sindicalismo urbano. O mesmo governo anuncia também uma política agrária sem apresentar, no entanto, instrumentos políticos necessários para sua implementação. Logo em seguida, demarcamos o governo Kubitschek, o qual procura aplicar uma política conciliatória que desmonta o jogo de classes nas questões de desigualdades regionais. Cita-se também o governo Jânio Quadros que, jovem e repleto de expectativas, anuncia uma política que redefiniria a questão agrária, discussão posta novamente em pauta. Por acreditar em sua autonomia, Jânio Quadros põe sua autoridade pessoal no confronto com o Congresso. Por último, destacamos João Goulart, mais conhecido como Jango, que procura retomar a política trabalhista de Vargas, mas cria impasses que acabam gerando um campo de tensão e conflito cujo resultado foi uma intensa pressão por parte dos seus adversários que já contavam com o amparo militar norte-americano sustentado nacionalmente pelas grandes classes produtoras.

Observa-se que até aqui fizemos um apanhado geral sobre a conjuntura política do Brasil no decorrer do período populista. Porém se faz necessário incluir neste contexto o estado cearense e suas especificidades, pois foi nesse espaço que Francisco Vasconcelos de Arruda atuou como deputado estadual, atentando, especialmente, para a cidade de Ipaumirim, ainda quando se denominava o antigo distrito Alagoinha.

A região Nordeste e, principalmente o Ceará entre as décadas de 1940 e 1960, passava por situações difíceis que eram agravadas pelas secas periódicas geradoras de uma realidade de fome e de miséria, o que tornava quase impossível nessa região enxergar-se a modernidade tão anunciada pelos governos pós 1930, e marca dos governos populistas.

Além da precariedade climática, visualiza-se aqui fortes rupturas nas bases socioeconômicas programadas pelo governo, pois, a maioria da população sertaneja, tinha suas fontes de renda e sobrevivência afetadas pelo contraste que havia ente o latifúndio e a pequena e média propriedade, entre os grandes e pequenos produtores. A situação econômica agravada era, aqui, reflexo das relações de dependência do trabalhador do campo e de moradores das cidades e dos pequenos vilarejos presos que se encontravam em relações de poder, cujo chefe local proprietário de atuação de terras ou de algum negócio, definia as condições de atuação e os modos de sobrevivência dos seus subordinados, tendo em vista a falta de serviços que beneficiassem. Essa situação atendia os anseios dos políticos por funcionar como uma espécie de barganha em que os atores públicos uniam-se com os homens da terra para costurar relações de poder, favorecendo interesses de ambos os lados. Mariângela Nunes (2006) em estudo feito sobre o cariri paraibano, considera a relação entre patronato e campesinato como um jogo de sobrevivência “realizado em um grande tabuleiro (o latifúndio) no qual se moviam reis e vassallos, cada qual procurando fazer a melhor jogada para sobrevivência no próprio jogo”.¹³ Uma análise cujo a realidade é também a existente no sertão nordestino e no sertão do Ceará, pois, é certo que a região era dona de altos índices de pobreza, analfabetismo, assim como havia a escassez de serviços sanitários essenciais que interrompessem os altos índices de enfermidades e mortalidade.

Foi em um momento de carência social pelo qual passava o distrito de Alagoinha, pertencente à cidade de Baixo-CE, que atuou o homem público que estamos estudando neste trabalho. Quando do início da sua atuação em Alagoinha, alcançou sua emancipação em 12 de dezembro de 1953 e passou a se chamar Ipaumirim, tornando-se isto possível por forte influência do deputado estadual Francisco Vasconcelos de Arruda, considerado a maior liderança política de Ipaumirim. Como dizem, Arruda foi visto desde a sua chegada como um predestinado: “além de político, era o amigo de todos, sem discriminação a qualquer pessoa, sempre recebia a todos em seu escritório distintamente, com cordial igualdade a todos que o cercavam, era de sua índole prestar favores e espalhar bondade ao povo que lhe acolheu”.¹⁴

¹³ Ver melhor em: O teatro do poder e o contrateatro do campesinato paraibano: negociação, táticas e resistências (1935-1945). In: **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. João Pessoa: Saeculum – revista de história, 2012. P. 205-219.

¹⁴ Arruda é descrito pelo autor Ipaumirino Hermes Bezerra no livro *Ipaumirim 50 anos*, onde o mesmo procura descrever o político segundo as memórias que a população carrega sobre o mesmo.

Foi determinado pelo Legislativo que a sede do município de Baixio seria transferida para Ipaumirim. Segundo Bezerra (2003)¹⁵, no quesito educação, em 1950 Ipaumirim contava com 1448 habitantes, dos quais 614 eram alfabetizados, a maioria mulheres que contavam 325 e homens 289. Na área econômica, as principais fontes de riqueza do município eram a agricultura e a pecuária, se sobressaindo a cultura do algodão, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar, estes produtos, em maior escala o algodão, eram comercializados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande –PB. Os idealismos pregados no interior, certamente divergiam em muito da capital, pois a sociedade interiorana raciocina e age conforme os padrões existenciais do lugar em que habita.

Ainda como distrito na década de 1940 surge em Alagoinha a indústria algodoeira Sousa, Fernandes & Cia. O distrito foi escolhido para abrir uma empresa deste caráter porque a região do Alto Salgado tinha uma boa produção de algodão, e, como estava em alta a industrialização do produto no âmbito nacional, a referida firma abriu uma filial no distrito. De fato, o distrito de Alagoinha começa a se desenvolver comercialmente a partir deste período. De acordo com Bezerra, é na década de 1950 que Ipaumirim recebe a Fábrica de Óleo São José, propriedade de José Saraiva de Araújo, e foi em decorrência desta que começam a surgir também os primeiros transportes automotivos, pois o dono, José Saraiva de Araújo comprou um caminhão de cargas para facilitar o transporte de seu produto. Desta forma, toma-se que em Alagoinha o comércio e a lavoura eram atividades promissoras para o futuro município.

Alagoinha estava dividida em pequenas ruas, ainda sem batismo. As principais eram as que estavam separadas pela Capela, conhecidas apenas como “Rua do Sol” e “Rua da Sombra”. O distrito apresentava

Um quarteirão incompleto com três casas para o lado da pequena Igreja e dez outras para o terreno livre onde aos domingos funcionava a feira e futuramente seria a Praça São Sebastião (...). Para detrás da Rua da Sombra funcionava a Usina e Armazém da Sousa, Fernandes & Cia, seguidos de casas de taipa e sem reboco; mais além, a cadeia e o cemitério, sendo este um pouco recuado e triste, como são os cemitérios em geral. Do outro lado, como um desafio à tristeza dos mortos, funcionava um lupanar, local onde estripavam o soldado de branco. (BEZERRA, 2003, p. 27/28)

¹⁵ Hermes Pereira Bezerra, escritor do livro Ipaumirim 50 anos

Pela Lei nº 2.161, o distrito de Alagoinha é emancipado em 12 de dezembro de 1953. Seu primeiro prefeito de Ipaumirim foi Osvaldo Ademar Barbosa, eleito nas eleições de 03 de outubro de 1954, apoiado por Francisco Vasconcelos de Arruda que, na época, estava na primeira suplência para deputado federal. Fundou, em sua gestão, o açougue público, a cadeia, o matadouro, a principal praça da cidade – que atualmente é nomeada em sua homenagem -, o alargamento e pavimentação das ruas, entre outras obras de menor porte. Em seguida, Ipaumirim teria como administrador Alexandre Gonçalves da Silva, que havia sido eleito vereador durante o mandato de Osvaldo Ademar Barbosa. Por terceiro, o candidato eleito em 1962, apoiado também por Francisco Vasconcelos de Arruda, agora na condição de Deputado Estadual, foi Expedito Dantas Moreira.

Portanto, sendo um município recém-nascido, é correto afirmar que Ipaumirim era regida por uma sociedade patriarcal, em que predominava a cultura do campo sobre o meio urbano. Embora já fosse emancipada, Ipaumirim ainda vivia nas rédeas de um sistema coronelista, onde a vingança e a perseguição estavam atreladas em todos os segmentos da população.

Mas, é importante precisar que, embora preso a um campo de relações sociais e de poder, demarcadas por atitude do coronelismo, essas novas ações estavam presas as conjunturas dos poderes e governos centrais de um campo e terreno de atuação que tornavam imprescindíveis a presença dos partidos políticos. Nesse sentido, faz-se necessário apresentarmos aqui quais as amarras constitucionais que deram suporte ao projeto político de Arruda em nível local e em conexão, ou não, com a política local.

2.3 – As siglas partidárias que abrigam o político Francisco Vasconcelos de Arruda

O período compreendido entre 1889 e 1930, é o que conhecemos por Primeira República. Foi nessa época, com a Proclamação da República que se fortaleceu o surgimento dos primeiros partidos políticos, como o Partido Republicano que surgiu ainda durante o Império, mas defendia o fim da monarquia e a consolidação da República e que, em questões sociais, era conservador. Foi também a época de surgimento de partidos regionalizados que defendiam os interesses particulares de suas regiões. À exemplo, podemos citar o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Partido Republicano Paulista (PRP), Partido Republicano Mineiro (PRM), etc. É importante

destacar que esse período e, diante do surgimento dos partidos políticos, também se ascende o coronelismo, onde o poder dos coronéis passa ser fortalecido e regionalizado.

Além dos partidos republicanos de vertente conservadora, deparamo-nos com os Partidos Ideológicos no Brasil, sendo o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado por Luís Carlos Prestes em 1922. Durante a Erva Vargas, o PCB foi ilegalizado. Outro exemplo de partido ideológico foi a Aliança Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, de vertente conservadora inspirada no movimento fascista de Mussolini. A AIB foi extinta com a consolidação do Estado Novo em 1937.

Todavia, não é de interesse deste tópico apresentar todos os partidos políticos que permearam o sistema político brasileiro, mas sim, analisar os partidos de maior referência durante o período em que se insere o referido estudo. Para isso, é de grande importância destacar que vários partidos políticos que foram extintos ou postos na ilegalidade durante o Estado Novo, puderam voltar a legitimidade durante a redemocratização de 1945.

Os partidos que mais se destacaram, de acordo com Marcos Faber ¹⁶, no período Populista, entre 1945 e 1964, a que se dirige este estudo foram: 1) Partido Social Democrático (PSD), que foi fundado por aliados do Governo Vargas em 1945, no qual concentrava as alas mais conservadoras do governo, sendo o principal representante da social democracia. O PSD tinha maioria no Congresso e veio por eleger o General Eurico Gaspar Dutra nas eleições de 1946 e Juscelino Kubitschek nas eleições de 1956; 2) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas em 1945, formada a sua base por trabalhadores urbanos e forte presença dos sindicatos. O PTB elegeu Getúlio Vargas democraticamente em 1951 e, também teve como presidente da República, João Goulart, porém, este foi eleito como sucessor da renúncia de Jânio Quadros em 1960, sendo também eleito vice-presidente de Juscelino Kubitschek em 1955; 3) Partido de Representação Popular (PRP) fundado por Plínio Salgado, reunia dissidentes da extinta Aliança Integralista Brasileira que também defendia as orientações de extrema direita; 4) Partido Trabalhista Nacional (PTN), fundado por Romeu Campos Vidal em 1945, era composto por dissidentes do PTB e elegeu um Presidente da República, Jânio Quadros

¹⁶ FABER, Marcos. **HISTÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL – 1º EDIÇÃO** – setembro DE 2010

em 1961, porém, Jânio renunciou ao mandato após 7 meses no cargo; 5) Partido Socialista Brasileiro (PSB), nasceu em 1947, buscando situar-se entre o socialismo marxista e a socialdemocracia, porém, sendo contra Getúlio Vargas, defendia a luta por desenvolvimento do país realizada dentro das regras da social democracia liberal; 6) Partido Social Progressista (PSP), fundado em 1946, era resultado da fusão do PRP, PAN E PPS, foi um partido de grande força em São Paulo e elegeu Adhemar Barros com governador de São Paulo e o presidente da república, Café Filho; 7) União Democrática Nacional (UDN), fundado em 1945, era composto por antigos opositores ao governo Vargas, conservadores de direita, representantes das antigas oligarquias regionais, ou seja, coronéis. A UDN era totalmente contra a Reforma Agrária e as políticas populares, sendo a favor da entrada do capital estrangeiro e da iniciativa privada, assim como também defendia a propriedade privada e o grande latifúndio.

Com esta breve apresentação dos partidos políticos que surgiram e os que estavam inseridos no período populista, devo, aqui, apresentar como Arruda moldou suas ações de governo a partir de suas escolhas partidárias e o que estas lhe permitiam fazer.

Arruda fez parte de vários partidos, sendo o primeiro o Partido Social Democrático, que, como já citado anteriormente, foi fundado por aliados ao Governo Vargas, concentrando as alas mais conservadoras do governo, sendo principal representante da social democracia, passando nove anos filiado a este partido, desde 1945, ano de sua fundação. Foi através do PSD que Arruda conseguiu meios – ora por influência política, ora por recursos financeiros – para alcançar a tão desejada emancipação de Alagoinha em dezembro de 1953, isso ocupando uma posição na Primeira Suplência para Deputado Federal do partido. Porém, em 1954, por motivos que não foram revelados, logrou para o Partido Social Progressista.

Ao ingressar no Partido Social Progressista, no ano de 1954, teve a oportunidade de ser eleito duas vezes Deputado Estadual nos anos de 1954 e 1958. O PSP era resultado da fusão de três partidos: PRP, PAN E PPS. Tendo grande força em São Paulo, elegeu Café Filho como vice-presidente da República, assumindo o posto de Presidente após o suicídio de Vargas em 1954. Entretanto, segundo Raimundo Vasconcelos de Arruda,

desvinculou-se do partido por ter divergido da direção no encaminhamento de assuntos pertinentes ao Partido.¹⁷

Ainda sobre a visão de Raimundo Vasconcelos de Arruda, pode-se afirmar aqui que depois de pertencer a essas duas legendas, Arruda resolveu dar uma pausa para repensar sobre novos rumos e passou um breve tempo como Deputado independente, pois, segundo o então deputado, “se o político pede uma legenda, é porque a lei assim o exige”. Filiando-se depois ao Partido Republicano. Extinto em 1965 pelo Ato Institucional – n’2, o PR, resumidamente, defendia a República Federativa, a autonomia político-administrativa dos Estados. Defendia também a liberdade de opinião. O PR apoiou, em 1960, a candidatura de Jânio Quadros, que era udenista. Isso provocou uma crise interna no partido.

O último partido perfilhado por Francisco Vasconcelos de Arruda, foi o Partido Trabalhista Brasileiro, pelo qual foi eleito nas eleições de 1962, podendo, mais uma vez, representar seus conterrâneos na Assembleia Legislativa, sem imaginar que seria a última vez. O PTB era um partido de forte influência, fundado por Getúlio Vargas em 1945, como vimos, tinha forte presença dos trabalhadores urbanos e dos sindicatos.

Nas palavras de Arruda, tudo o que mais lhe interessava era a existência de um aparato para a classe estudantil cearense e que esta não fosse envolvida ao martírio dos processos políticos. Valendo-se desta afirmação, cabe inserir nesse contexto que em 1966, não podendo mais ser candidato, lançou seu irmão para candidatura pelo ARENA, fundado, segundo Faber, como consequência do Golpe Militar de 1964, constituído por setores conservadores de extrema direita. Raimundo Vasconcelos de Arruda afirma que o ex-Deputado teria escolhido essa sigla por solicitações de suas bases eleitorais.

Podemos analisar porquê estas seriam suas escolhas partidárias da seguinte forma: a) inicialmente, Arruda opta por filiar-se ao PSD, fundado por aliados do Governo Vargas, sendo assim, ainda estava morna na mente das pessoas toda a propaganda em torno do Estado Novo, sendo então um atrativo para o político local; b) optando por migrar para o PSP, Arruda estava visando a vantagem que tinha o partido em tornar mais fácil a sua eleição pela legenda; c) o PR, defendia a liberdade de expressão e opinião, se encaixando totalmente ao período em que estava; d) finalmente, o PTB foi sua última

¹⁷ Ver melhor em: ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. **Itinerário de um Líder**, 1989. Fortaleza, p. 100

escolha como candidato, pois, a forte presença dos sindicatos oferecia um bom aparato aos trabalhadores, podendo assim conquistar mais ainda seus eleitores, por representar um defensor dos direitos trabalhistas.

Por fim, atentando para as escolhas de Arruda em seus partidos, percebemos que, apesar de sua fala em relação aos políticos serem obrigados a ter uma legenda, o mesmo faz suas escolhas racionalmente, se desloca de um partido para outro depois de muito se estudar sobre quais escolhas lhe favoreceriam.

CAPÍTULO III

ITINERARIO DE UM LÍDER: A MEMÓRIA DO POLÍTICO FRANCISCO VASCONCELOS DE ARRUDA: UMA VERSÃO INTERESSADA?

Nos capítulos anteriores desta monografia, apresentamos à história a personagem do nosso estudo sob uma perspectiva mais geral de tempo e ambiente de sua atuação.

Neste terceiro capítulo, nosso objetivo se volta para uma discussão pontual acerca do livro *Itinerário de um Líder*, escrito por Raimundo Vasconcelos de Arruda, no ano de 1989, em que o autor procura dar sentido à vida pública do deputado estadual Francisco Vasconcelos de Arruda – seu irmão – mesmo, e principalmente, depois de sua morte. A análise dessa obra nos colocou em contato direto com uma interpretação da mesma como um lugar de fabricação de memória importante para o historiador.

3.1 – Da composição técnica da obra *Itinerário de um líder*

O livro *Itinerário de um Líder* apresenta oito capítulos e pouco mais de cento e setenta páginas nas quais é transparecida uma abordagem um tanto romântica e, sobretudo, saudosa, do personagem principal de sua história, pois, como o próprio título nos mostra, trata-se da trajetória e da caminhada do político não só em relação à sua vida pública, mas desde o dia de seu nascimento até o dia de sua morte. Para essa finalidade, o autor conta com depoimentos de amigos e familiares sobre a personalidade de Arruda, assim como faz uso de um conjunto fotografias como comprovações dos serviços prestados à comunidade pelo político.

3.2 – A reconstrução da trajetória de Francisco Vasconcelos de Arruda (1910-1972) pelo livro *Itinerário de um Líder*.

Raimundo Vasconcelos de Arruda inicia a apresentação de seu projeto, demonstrando uma certa preocupação de Francisco Vasconcelos de Arruda – a quem ele se refere como Chico – acerca dos problemas sociais e humanos, diferenciando-o da

maioria das pessoas, que se preocupam, primeiramente, com as realizações particulares, sendo ele capaz de se preocupar primeiramente com o próximo do que consigo. Para tanto, esclarece que o livro sobre a trajetória de seu irmão é uma consequência das pressões que sofreu de amigos e familiares para que a história de vida e o exemplo de Arruda, fossem perpetuados em palavras.

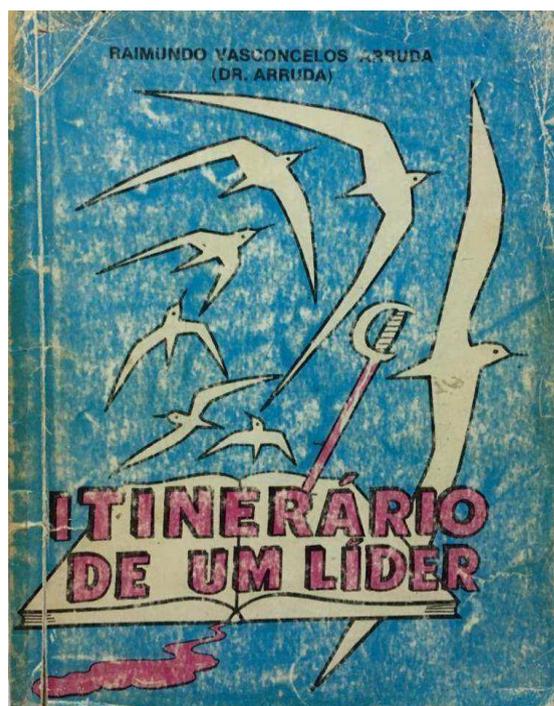


FIGURA 02: Capa do livro Itinerário de um Líder (1989). Acervo pessoal.

Para a realização de uma completa escrita sobre Chico Arruda, como explica o autor, o primeiro capítulo do livro busca abordar a fase da infância, começando com o seu nascimento em 27 de março de 1910, na fazenda Oiticará, localizada no município de Massapê – CE. Mas, antes dessa narrativa, há um certo cuidado em apresentar-nos a estrutura familiar em que Arruda estava inserido, a começar pelo destaque dado aos seus pais Ricardo José e Teodora Carminda, que se uniram em matrimônio no início do século XX, dando-os o abrilhantamento da responsabilidade de colocar no mundo o saudoso Chico Arruda, o sexto filho do casal. Afirma ainda que a pretensão do escrito não é a de poetizar, mas sim, a de trabalhar uma história de sobrevivência, “resistência humana, sofrimento, êxito, traição, humilhação, angústia e decepções” que cercam a vida de Arruda, situações essas que o levam a enxergar semelhanças entre ele e a padroeira de sua cidade natal, Santa Úrsula:

A minha intenção é fazer uma apreciação em torno do 6º filho do casal Ricardo José de Arruda e Teodora Carminda de Arruda, que na pia batismal recebeu o nome de Francisco (Chico como era tratado na intimidade). O sacramento do batismo foi realizado na igreja matriz de Massapê, cuja padroeira naquela época, era Santa Úrsula. (Ambos tiveram a mesma sorte – foram cassados. A Santa pela Santa Sé e o segundo, Francisco, pelos seus companheiros da Assembleia Legislativa do Ceará, no ano de 1964). (ARRUDA, 1989, p. 21/22)

É neste primeiro capítulo do livro que o autor destaca a relevância que seu pai, Ricardo José, demonstrava em investir no potencial argúcio de Arruda, pois o mesmo nascera com deficiências no sistema digestivo, o que o tornou uma criança frágil que apresentava aversões ao trabalho do campo. Assim, os demais irmãos o viam como o escolhido para desfrutar do privilégio que era livrar-se do trabalho da terra, dando-lhe funções que fossem próprias ao uso de sua inteligência, como por exemplo, o cargo de escrituração mercantil, ou seja, era o responsável por descrever tudo o que fosse produzido pela família para que houvesse o controle alimentício nos períodos de estiagem, o que se mostrava imprescindível, tendo em vista que se tratava de uma família de poucas posses sem muitos meios de sobrevivência.

Adiantando nossa leitura para o segundo capítulo do livro, nos deparamos com o que o autor nomeia de “fase da sobrevivência”. Este é iniciado com a narrativa da morte precoce de sua mãe, acometida por um susto em plenos 9 meses de gestação. Momento e situação em que a família de Arruda viu-se emocionalmente desestabilizada. A filha mais velha do casal, Úrsula, com 16 anos de idade, ocupou o lugar de obrigações e responsabilidades que cabia a sua mãe. A morte de Teodora Carminda provocou à família a procurar por outros meios de sobrevivência em outras localidades. Dessa busca, anos depois, conseguiram firmar moradia na capital Fortaleza. Antes de chegar à capital, no ano de 1923, Ricardo José, o pai agora viúvo, casou-se novamente, sete anos após a morte de sua esposa, pois, a filha mais velha, responsável pelo dever de “dona-de-casa”, decidiu casar-se, e, como era de costume naquela época e como acontece até os dias de hoje, porém, em menor escala, o pai viu a necessidade de encontrar uma esposa para fazer determinadas tarefas caseiras. Formou-se, então, uma nova família. Nessa mesma época, a família procurou abrigar-se no canteiro de obras da barragem do Rio Jaguaribe, que hoje é o ponto turístico Açude Orós. Nesse canteiro de obras, Arruda conseguiu o seu

primeiro emprego como auxiliar de escritório. Mas, como o lugar não apresentava boas condições de vida, mudaram-se, finalmente, para Fortaleza.

Ao fim de 1924, com a chegada à capital cearense, Ricardo José consegue com ajuda de amigos e parentes, emprego para si e seus filhos. Arruda ocupa o cargo de auxiliar de escrita na empresa J. Arruda & Irmão, e os outros começam a se engajar nos serviços de chapeados nos armazéns de exportação de algodão. Para não se acomodar apenas com o trabalho, Arruda procurou fazer um curso de humanidades, oferecido pelo educandário cearense. Nesse mesmo período, a empresa algodoeira Alfredo Fernandes & Cia., ao instalar uma de suas filiais na capital Fortaleza, contratou Arruda como guarda-livros. Como, nesse momento, seu cargo exigia maior responsabilidade, Arruda buscou especializar-se, matriculando-se na Escola de Comércio Padre Champagnat. Foi ainda mais além, quando começou a cursar Ciências Jurídicas e Sociais Na Faculdade de Direito do Ceará, atualmente vinculada à Universidade Federal do Ceará, concluindo sua graduação em 1943.

Voltando um pouco aos primeiros anos de residência em Fortaleza, Raimundo de Arruda nos declara que não havia dias fáceis na capital, muito embora todos os irmãos estivessem remunerados pelo trabalho. É nesse momento que afirma ainda mais a preocupação de Arruda com sua família, sentindo—se já em responsabilidade por eles, ainda que fosse muito jovem. O autor procura deixar claro que narra os fatos para que aqueles que não conheceram Chico – como é carinhosamente chamado – sintam a grandeza, pelo menos, de seu instinto de solidariedade despertado já em tempos iniciais de sua vida familiar.

É interessante notar que, ao escrever sobre a fase da infância e da sobrevivência de Arruda, apresentadas nos dois primeiros capítulos do livro *Itinerário de um Líder*, ao autor está intrínseca a preocupação em apresentá-la como uma fase difícil, sem privilégios, o que nos leva a perceber a aura comovente que existe nesta versão da história ao vislumbrar em Arruda a imagem de vencedor pelo fato de ter chegado ao patamar de deputado estadual, além de ser visto como “símbolo da bondade” conhecido no estado do Ceará, por si só, pois, o mesmo não nasceu em uma família influente, de posses que, naquela época, pudesse colaborar com os seus anseios no meio político. Portanto, surgenos em sua narrativa e destaque dos fatos, a ideia de que o leitor passe a admirar não só o Arruda político, benfeitor, realizador do bem comum, mas, sobretudo, ao Arruda

homem, honesto, de garra, que buscou o seu lugar no pódio sem abrir mão de seus princípios como ser humano.

De certa forma, além de todos os argumentos que podem ser discutidos para tornar real a percepção que destacamos acerca da história de Arruda, outro fato que intensifica ainda mais a sua superação, se encontra na morte de sua mãe, quando o mesmo tinha apenas 6 anos de idade, pois, certamente foi um dos momentos mais dramáticos de sua vida, tendo em vista que a orfandade abalou a estrutura de toda a família, como citado anteriormente, desestabilizando a todos emocionalmente.

O terceiro capítulo, definido como “Fase ascensional ou da esperança”, inicialmente apresenta o papel de Arruda em relação à classe estudantil, com destaque para a sua atuação no Centro Estudantil Cearense – C.E.C. É verdade a afirmação de que Arruda foi um idealizador do C.E.C em 1931, pois para ele e outros estudantes, o Centro era como um ponto de apoio para a realização de seus ideários, era como um forte pilar que estivesse pronto para assegurá-los no cenário social.

Como Raimundo de Arruda descreve, logo em seus primeiros contatos com o C.E.C., como simples sócio, Arruda começou a tomar para si as causas dos estudantes e, então, se familiarizando com seus problemas e unindo-se à classe, passou a adquirir a confiança de seus demais integrantes. Nesse sentido, o autor sugere uma breve reflexão acerca do fato de que os estudantes estavam naquele lugar de luta para fazer valer os seus direitos no campo educacional, como idealizadores desse projeto, bem como a vontade de mostrar a sociedade cearense que a classe merecia um lugar de credibilidade e confiança, sendo, dessa forma, o C.E.C. a porta de entrada capaz de mostrar sua força para engajamento da categoria.



FIGURA 03: Projeto do Centro Estudantil Cearense em Fortaleza. Disponível em: ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. **Itinerário de um líder**. Fortaleza, 1989.



FIGURA 04: Inauguração do Centro Estudantil Cearense no ano de 1941. Disponível em: ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. **Itinerário de um líder**. Fortaleza, 1989.

O autor ainda nos aponta uma forte relevância em relação à abertura de uma breve discussão sobre C.E.C., pois, segundo ele, o Centro está inteiramente ligado à vida de seu irmão que esteve na presidência da instituição por três mandatos consecutivos. De acordo com as falas do autor sobre o desenvolvimento de Arruda no C.E.C., podemos ver que

O Chico conquistou o seu espaço, bem como sua personalidade ganhou nova dimensão, através de suas oportunas formulações na qual deixava transparecer bom senso ao se pronunciar sobre qualquer proposição relacionada aos interesses da classe. Possuidor que era, de relativa dose daquilo que os franceses denominavam “*savoir faire*”, isto é, habilidade de equacionar determinados assuntos complicados, dentro

da equidade. Nesse diapasão, foi conquistando a confiança entre os companheiros, com o qual a maioria concordava sem constrangimento, mas o que mais impressionava é que não usava nenhum artifício para granjear a simpatia dos colegas. Sempre foi autêntico no seu modo de ser e agir, apresentava suas colocações em determinados assuntos, dentro daquilo que julgava ser o melhor, pois no Centro Estudantil Cearense se exercitava a verdadeira democracia. (ARRUDA, 1989, p. 40)

Em sua fala a respeito do C.E.C., Raimundo V. de Arruda, o escritor, procura esclarecer que destaca o Centro Estudantil Cearense por este estar inteiramente ligado à história de Arruda, tanto pelo seu lado particular, de crescimento espiritual, quanto na vertente de engrandecimento e conquista social. O autor busca apresentar uma compreensão do C.E.C. como referência estudantil que, apesar de apresentar graves precariedades, foi capaz de introduzir na sociedade, exímios profissionais de diferentes cargos, à exemplo destes, cita o próprio Arruda: advogado, formado em ciências jurídicas e sociais e, mais tarde, deputado estadual; e cita a si mesmo, como médico.

Pretendo abrir aqui um parêntese para destacar o contexto em que estava inserido a luta dos estudantes do C.E.C., pois, durante um dos períodos em que Arruda esteve à frente do Centro, em meados de 1937, era justamente um momento de efervescência político-ideológica, em que diversos segmentos da sociedade se envolveram, inclusive a classe de estudantes. Os movimentos estavam alavancando não só no Ceará, mas sim, todo o Brasil. Evidentemente, falo do ano em que Vargas subiu ao poder, o mesmo em que

...teceu-se toda uma crônica ao redor de uma violência exacerbada, tendo como protagonistas maiores não apenas a esquerda, mas também os partidários de Plínio Salgado, no bojo de uma conjuntura trepidantes, cobrindo especialmente os anos 1933-1937, no Ceará. (MONTENEGRO, 1986, p. 31)

Tratava-se, pois, de uma conjuntura em que os ideais de participação, mobilização e organização, inclusive dos trabalhadores, estavam sendo divulgados em que pese tratar-se de manobras do próprio Vargas nas tramas do poder. Havia um discurso do novo, do moderno. Um discurso de passar a limpo pelo crivo da moralidade, as instituições reféns do poder dos mandatários locais, dos coronéis e oligarquias.

Nesse propício cenário de “revolução” em que estavam inseridos os movimentos estudantis da época e o próprio C.E.C, Raimundo de Arruda nos mostra a sagacidade e eficiência de Arruda ao se responsabilizar, defender e orientar as causas da classe, que se

destacavam, principalmente, as reivindicações por preços mais justos nos transportes coletivos, mantendo o seu controle. Nesse sentido, por toda sua responsabilidade e trabalho mostrado para com o coletivo à frente do C.E.C., além de sua forte popularidade, Arruda foi convidado por partidos que com ele se identificavam para concorrer aos cargos de vereador da capital Fortaleza, assim como deputado estadual. Todavia, Arruda recusou aos convites, acreditando não ser adequado para ele, como orientador educacional, concorrer à cargos eletivos. Mas, para que os estudantes pudessem ter representatividade nos altos do poder público, convocou-se uma Assembleia com os centristas que, por indicação de Arruda, concordaram em indicar dois elementos do seu quadro social para concorrerem aos cargos já citados. Com efeito, estes se filiaram à Liga Eleitoral Católica – LEC – e venceram as eleições.

Compreendendo a forma como o autor descreve os fatos, encaixando-os nos moldes da apreciação coletiva, podemos perceber como Arruda foi conquistando o seu espaço no meio social, começando por uma classe pouco valorizada na época, como era a classe dos estudantes e construindo pela classe e com a classe o seu meio de elevação social. Isso me leva a crer que, quando as indicações de Arruda alcançam êxito nas eleições, ele consegue visualizar a força do que estava propondo naquele momento. Consegue, sobretudo, capturar o que a sociedade idealizava para a inserção do bem-estar pessoal e coletivo. Unindo sua inteligência e popularidade ao instinto de líder que a ele se apresentava. Nesses episódios pôde-se ver o futuro que o esperava, pois, tratava-se de ações próprias do itinerário de um líder.

Como resultado de suas características pessoais e profissionais, o capítulo quarto do livro *Itinerário de um Líder*, nomeado “Fase da incerteza e da interrogação”, busca enfatizar os planos que o “destino” traçou para Arruda e que se concretizaram com o seu consentimento. O autor procura colocar a postos duas vertentes determinantes de sua vida: uma fase de alegrias, realizações, concretizações do meio social e conquistas populares, e, por outro lado, a incompatibilidade que existia entre o meio que foi viver, e sua índole.

Tudo começou no ano de 1940, quando a firma Alfredo Fernandes & Cia em que trabalhava como guarda-livros, fizera-lhe o convite para gerenciar uma filial que seria aberta no interior cearense, mais precisamente na região do Vale do Salgado, pois era uma região que produzia bem o algodão. Também foi em 1940 que a empresa incluiu

Arruda como um de seus sócios, passando a denominar-se Sousa, Fernandes & Cia. Aceitando a proposta, no mesmo ano, Arruda passou a residir no distrito de Alagoinha, que fazia parte do município de Baixio. Para sua decisão, o autor afirma que

O Chico, quando fez a opção de residir no interior do Estado para gerenciar a filial de Alfredo Fernandes & Cia., levava consigo em estado latente, uma mensagem: procurar mudar, dentro do possível, a mentalidade reinante no seio das comunidades interioranas e, pelo menos, aventurar-se a transformar os costumes e modo de vida que predominavam no meio da juventude. Quando lhe veio à mente colaborar na transformação sociocultural de Alagoinha, não dimensionou em toda a sua extensão que o problema era secular, para o qual a necessitavam dezenas de anos para alcançar o êxito desejado. (ARRUDA, 1989, p. 66/67)

Obviamente, a proximidade de Arruda com os jovens interioranos já era produto de suas experiências na capital, porém damos destaque ao fato de que na cidade grande era predominante outro tipo de idealismo. No interior, a juventude absorvia o que era processado pelo ambiente, os métodos dos mais velhos, pois sabe-se bem que era comum, principalmente naquela época, o fluxo migratório do campo para a cidade, o que deixava o interior cada vez mais precário de desenvolvimento.

Narrando já a vinda do personagem para o interior, o autor conduz o leitor para ver que, com o passar do tempo, Arruda, que já tinha em sua bagagem uma disposição pelas lutas e causas sociais, foi compreendendo as angústias da comunidade alagoinhense, assim como das comunidades circunvizinhas e percebeu entre todos a ânsia de um progresso que naquele momento parecia estar distante. Mas como poderia, ele, naquele momento em que não tinha relações com o poder público, fazer progredir um lugar de características tão mornas? Mesmo com as dificuldades, viu na classe infanto-juvenil o ponto essencial para dar início ao seu projeto, pois, aquela mocidade se encontrava carente de orientação, vivendo como mandam as leis da sociedade em que estavam inseridos. Sendo assim, começar pela área educacional seria o encaixe perfeito para alcançar o tão desejado progresso, tendo em sua primeira ideia a fundação de um colégio, onde os jovens deveriam desenvolver sua intelectualidade e noções de civismo.

Portanto, nasce ao dia 11 de agosto de 1941 o consagrado estabelecimento de ensino do distrito de Alagoinha, que se denominou, como a data de sua fundação, Colégio XI de Agosto. Esse foi o primeiro e grandioso passo inicial para despertar a moçada jovem

para um mundo de motivação e estudo. Vale salientar que tempos depois, já quando se encontrava na categoria de deputado estadual, Arruda adquiriu verbas do estado que possibilitaram a transição do Colégio XI de Agosto para Ginásio XI de Agosto. E, indo mais além, foi desenvolvido por ele o projeto de bolsas de estudos à moda Dr. Arruda, que funcionava da seguinte maneira:

Para custear os estudos dos estudantes pobres e interessados em aprimorar seus conhecimentos, Dr. Arruda idealizou uma “Bolsa de Estudo” sui generis. Instalou na cidade uma loja de tecidos denominada ‘LOJA SANTA TEREZINHA’, sem fins lucrativos. A mesma era dirigida por estudantes, e um daqueles que apresentasse maior rendimento escolar, teria a preferência de ir para Fortaleza continuar os seus estudos financiados pelo referido estabelecimento comercial. E desse modo os estudantes iam se revezando e, conseqüentemente, todos teriam sua vez, desde que demonstrassem capacidade para tanto. (ARRUDA, 1989, p. 73)

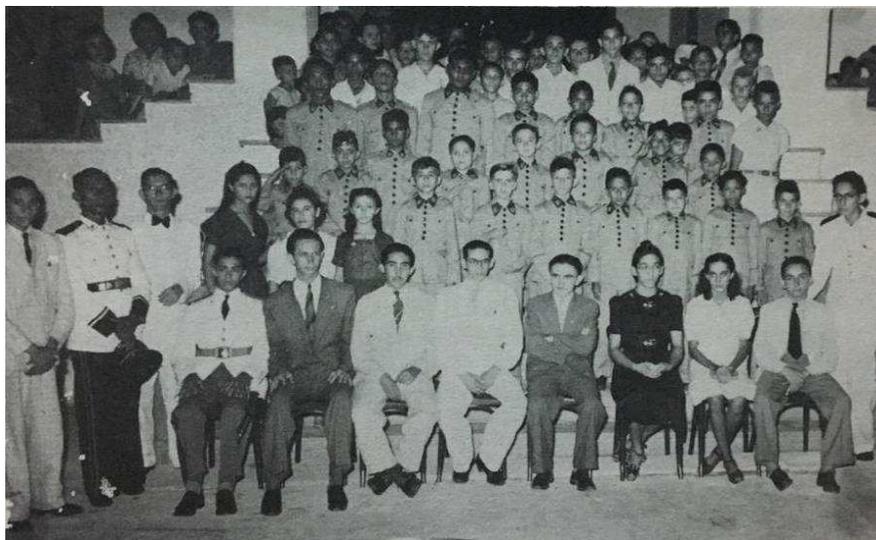


FIGURA 05: Foto oficial de inauguração do Colégio XI de Agosto em Ipaumirim – Ce com o diretor, corpo docente e alguns de seus alunos. Disponível em: ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. **Itinerário de um líder.** Fortaleza, 1989.

Além do mais, o autor também faz menção ao projeto idealizado por Arruda em respeito ao homem do campo. Este segundo projeto destinava-se a contribuir para a unificação dos criadores e agricultores, pois juntos teriam mais força para aperfeiçoar os métodos trabalhistas da área. Criou-se, então, em 19 de dezembro de 1940 a Associação Rural de Alagoinha – hoje denominada Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipaumirim – tendo como seu primeiro presidente o próprio Francisco Vasconcelos de Arruda.

Não parando por aqui, segundo Raimundo, há também o desenvolvimento na área da saúde, através de uma intenção de que deveriam ser melhorados todos os setores públicos. Essa realização foi concretizada quando Arruda ainda estava à frente da Associação Rural, que promoveu uma festa com a finalidade de adquirir fundos para a construção de um posto de saúde para a região. Situação através da qual conseguiu-se erguer o primeiro posto médico do distrito. Posteriormente, Arruda conseguiu com o poder público estadual, especificadamente, a Secretaria de Saúde do Estado, uma significativa importância em dinheiro para dar continuação à sua obra. Tão bem-sucedido foi o seu plano, que em pouco tempo instalou-se, no campo da saúde a Maternidade Maria José dos Santos, que teve seu início e desenvolvimento durante os mandatos do Prefeito Expedito Dantas de Sousa e de Miguel Cairo Arruda, ambos eleitos pelo apoio das bases eleitorais do deputado Francisco Vasconcelos de Arruda.

Contudo, faltava a mais importante de suas cartadas: a emancipação de Alagoinha. Para esse feito, como narra o autor, de seus feitos, Arruda, na condição de deputado, se doou de corpo e alma para dar sua contribuição à população alagoinhense, que buscava a conclusão do impasse que existia entre Alagoinha e o município de Baixo. Empasse esse que tomava uma certa “despeita” dos habitantes de Alagoinha para com as autoridades baixienses, pois estas haviam transferido a feira de Alagoinha para o município de Baixo. Para tornar real a solução para este problema, Arruda se empenhou em retomar para o distrito, primeiramente, as feiras aos domingos, sendo este um importante passo, pois, agora, o distrito seria independente comercialmente de Baixo. Algum tempo depois, para Alagoinha, é transferido o cartório eleitoral, alcançando assim a emancipação político-administrativa do distrito que, a partir desse momento, passa a se chamar Ipaumirim, no tupi-guarani: Lagoa Pequena.

Raimundo Arruda continua envaidecendo a história de seu irmão para os, agora, ipaumirinos, dando destaque ao fato de Arruda manter em si o desejo de um dia ser Prefeito de Ipaumirim, assim como terminar os seus dias de vida na terra que lhe aceitou como filho, considerada por ele, segunda casa de nascimento. O autor faz ainda, indiretamente, a ressalva de que “ele ficaria feliz lá na eternidade, se a Câmara Municipal o considerasse cidadão ipaumirino post-mortem”.

Percebe-se claramente que Raimundo Vasconcelos de Arruda, autor de *Itinerário de um Líder*, procura falar apenas sobre as benfeitorias e projetos bem-

sucedidos de seu irmão. Isso me leva a indagar: todos os seus projetos deram certo? Não houve fracassos? Como pôde existir um homem, sobretudo, político, que pensava em pessoas a quem não tinha conhecimento antes mesmo de pensar em si próprio? São questões que o próprio autor, de uma maneira nada ingênua, procura desviar, pois o intuito maior de seu trabalho é o de que àqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer Arruda, sintam, em palavras, o ser humano digno de louvor, como um santo que depois de carregar os fardos impostos pela vida, se manteve sereno e disposto a ajudar a quem mais precisasse.

Sem muito orgulho, Raimundo V. de Arruda põe em pauta que a obstinação de seu irmão era beneficiar a população local, mas, conseqüentemente, provocou nele mesmo uma espécie de obsessão pela concretização perfeita de seus projetos. Nesse sentido, o autor narra resumidamente o que ele descreve como pior acontecimento da vida de Arruda:

Em 9 de dezembro de 1945, vendo um de seus amigos envolvido num processo que considerava injusto, tomou a iniciativa de rasgá-lo, apesar de cultivar a filosofia de que o travesseiro era o melhor conselheiro, isto é, não tomar nenhuma deliberação se reflexão(...). Em 1963 por motivo de um de seus companheiros de Assembleia Legislativa ter abordado o seu envolvimento num processo por haver destruído um documento judicial, Chico assim se pronunciou: ‘Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu, desde muito moço que me revolto contra injustiça e perseguições, de uma forma que contra injustiças e perseguições, eu me transformo mesmo. Eu não tolero injustiça seja lá com quem for’. (ARRUDA, 1989, p. 75)

De forma bastante emblemática, o acontecimento tivera forte repercussão por todo o Estado, e então, como era de se esperar, as autoridades judiciais enviaram um avaliador do caso ao município em que residia Arruda para que este coletasse detalhes do ocorrido. Conseqüentemente, Arruda foi processado por ter cometido crime de desrespeito à Justiça, tendo que cumprir pena sob confinamento no referido município. É importante verificar que o contexto já era de ante golpe militar e, portanto, dava abertura para que os seus opositores e inimigos políticos agissem.

Segundo Raimundo V. de Arruda, o processo lançado à Francisco Vasconcelos de Arruda, em 1945, provocou uma imensa mobilização, abrangendo todas as camadas sociais do Estado do Ceará, e estas, através de um memorial¹⁸ dirigido ao Presidente da

¹⁸ Ver indultos em anexo

República, que era, na época, o estadista Getúlio Vargas, quando de seu segundo período como presidente, apelando em favor do apenado.

Raimundo de Arruda resume esse acontecimento como uma maneira de exemplificar as consequências de quem muito se dispõe a ajudar e defender a quem se gosta. O autor narra esse fato de forma pretenciosa, para justificar o desfecho de sua história, pois nos assinala sobre as inimizades que Arruda adquiriu, estas sendo encontradas em seus adversários políticos, nos quais o autor não nos define quem foram, mas registra que houve até mesmo a busca pela morte de seu irmão, por meio de emboscadas com a contratação de “gatilhos de aluguel”

Contudo, o autor torna relevante o seu agradecimento à Deus, e opinião, insistindo que por providencia do divino, a integridade física de Chico Arruda nunca foi atingida, afirmando essa sorte como escrita no destino de Arruda, sendo sua missão sofrer e lutar lado a lado com os sertanejos pelas suas reivindicações, uma vez que o mesmo trouxe desde o berço grande poder de determinação.

Nesse sentido, o livro *Itinerário de um Líder*, destaca um espaço para uma breve discussão que aborda a contradição de Francisco Vasconcelos de Arruda, no sentido de ir contra os seus princípios no momento em que aceita entrar para a política. Tudo começou quando, em 1945 a democracia é reestabelecida – como explica-se no capítulo anterior – e novos partidos políticos nascem, e outros renascem junto com a redemocratização. Nesse contexto da política nacional e local, os moradores de Alagoinha, como é de se esperar, começam a se questionar sobre quem seria escolhido para lhes representar. Nesse momento, os representantes comerciais, agricultores e pecuaristas do distrito começaram a procurar Francisco Vasconcelos de Arruda, propondo-lhe sua filiação a um dos novos partidos e, por conseguinte, sua candidatura para representá-los no Legislativo.

Após muito se pensar a respeito de tais propostas, Arruda aceitou o sugerido e filiou-se ao Partido Social Democrático – PSD – no qual o autor confessa não haver entendido sua escolha, pois, segundo ele, sua proposta de vida não se harmonizava com as ideias partidárias. O PSD, como apresentamos no 2º capítulo deste estudo, teve como inspirador o ex-presidente Getúlio Vargas, concentrando as alas mais conservadoras do governo, uma vez que todos os seus filiados tinham suas raízes no Estado Novo.

Raimundo V. de Arruda afirma com veemência que,

Evidentemente o partido que ele deveria ter escolhido era a União Democrática Nacional “UDN”, que tinha como símbolo o Brigadeiro Eduardo Gomes, o qual defendia as reformas sociais, de que o organismo social era tão carente. (...) Dentro da minha ótica, ele havia dado o primeiro passo errado como político, baseando-me na sabedoria popular: O cidadão que inicia qualquer coisa errada, permanecerá sempre desajustada. (ARRUDA, 1989, p. 90)

É nesse momento que podemos visualizar uma certa contradição entre a descrição de planos, projetos, ideias e ações que o autor põe sobre a personalidade de seu irmão, e colocar a UDN como partido que julgava ser a sua melhor escolha, pois, sabemos bem que a UDN se mostrava contra a Reforma Agrária e políticas populares. Ora, vimos até aqui que Arruda pregava o bem coletivo, atendendo aos anseios e projetos populares, fundando associações rurais, assim como sua principal virtude que, por um momento fora configurada como um defeito: repugnar quaisquer tipos de injustiças. Sem deixar de mencionar que o autor procurou enfatizar em sua obra que Arruda estava disposto a colaborar com a classe infanto-juvenil e, sobretudo, o homem do campo.

Arruda candidatou-se ao cargo de Deputado Federal pelo PSD, nas eleições de 1950, mas perdeu a campanha por 12 votos, assim, Raimundo de Arruda afirma que sua derrota se deu porque seus adversários políticos usaram os jornais da Capital para publicar manchetes sobre o seu desacato ao Judiciário. Porém, pôde ainda ficar na Primeira Suplência, o que lhe possibilitou a aquisição de meios e influências contribuintes na realização da emancipação do Distrito de Alagoinha.

De acordo com os dados apresentados por Raimundo V. de Arruda em *Itinerário de um Líder*, em 1954, Arruda ingressou no Partido Social Progressista, que o elegeu Deputado Estadual por duas eleições consecutivas, 1954 e 1958. Entretanto, deixou o partido por ter divergido da direção, no que o autor chama de “assuntos pertinentes ao Partido”, mantendo-se por um curto espaço de tempo como Deputado independente, pois acreditava que “o povo, o homem comum não está se interessando por partido... Se o político pede uma legenda, é porque assim a Lei o exige”.¹⁹

Mais uma vez, o autor ressalta que durante os anos em que exerceu seus mandatos políticos, Arruda procurou interpretar os anseios, necessidades e os interesses

¹⁹ Essa é uma das colocações de Francisco Vasconcelos de Arruda quando questionado por um colega de Assembleia Legislativa sobre o porquê de o mesmo ter se filiado a diferentes partidos em um pequeno espaço de tempo. O discurso em que se insere esta colocação, encontra-se em: ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. *Itinerário de um líder*. Fortaleza, 1989. p. 101.

da comunidade, repita-se, sobretudo, os interesses da juventude e do homem do campo. Ainda vai além, considerando sua própria opinião: “Apesar de me considerar leigo na arte de fazer política, a impressão que eu tenho é que os políticos, com rara exceção, não prestigiam homens que resguardarem a postura de autenticidade. Preferem os “maleáveis”. Aqui, percebe-se uma clara consideração do seu personagem e irmão como um homem diferenciado na política. Na fotografia abaixo, o destaque do parlamentar.



FIGURA 06: Solenidade de diplomação dos Deputados Estaduais de 1954. Disponível em: ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. **Itinerário de um Líder**. Fortaleza, 1989.

Em 1964, quando de sua última legislatura, seu mandato foi interrompido no mês de outubro, ocasião que foi cassado não apenas como deputado, mas também nas suas prerrogativas de cidadania, pois para ele, ser pego pela anulação de sua candidatura, significava estar inserindo-se em meio aos desonestos. É o que Raimundo Vasconcelos de Arruda nos apresenta no 6º capítulo nomeado de “Fase da Humilhação e Decepção”, referindo-se ao início do processo de cassação. No entanto, considero interessante atentar para a obstinação do autor em romantizar cada vez mais os fatos, ordenando-os de tal maneira que nos leva a crer que Francisco Vasconcelos de Arruda, fazia suas escolhas, tomava suas decisões emocionalmente, agindo com o coração. Porém, obviamente, Arruda tinha total conhecimento de suas escolhas, é fiel a ideia de que ele agia dentro dos padrões da razão, principalmente por ser um letrado, um homem de conhecimento sobre as questões do mundo e que traçaria sua atuação política a partir de escolhas, inclusive e indispensáveis, de determinadas legendas partidárias.

Considero de extrema importância ressaltar neste momento da discussão, as homenagens e indignações descritas por conhecedores de Arruda. Refiro-me as manchetes publicadas nos jornais, tal como as cartas escritas em prol de sua índole.



FIGURA 07: Manchete do jornal O Estado/Opinião de Fortaleza – CE, 1997. Foto cedida pela senhora Socorro Olímpio, viúva do falecido pesquisador e poeta Alberto de Moura.

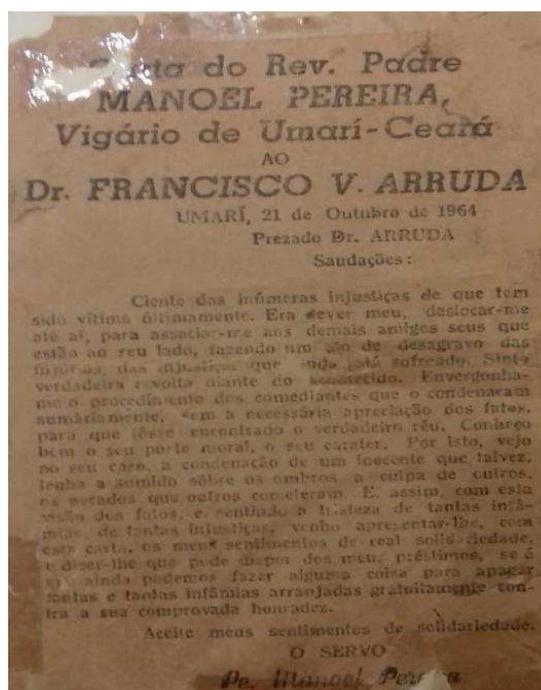


FIGURA 08: Cópia da carta escrita à Dr. Arruda pelo Reverendo Pe. Manoel Pereira, 1964. Foto cedida pela senhora Socorro Olímpio, viúva do falecido pesquisador e poeta Alberto de Moura.

Raimundo Vasconcelos de Arruda nos relata que no início do processo de cassação, Arruda foi surpreendido em sua atual residência, o Fortaleza Hotel, com um mandado de prisão no dia 15 de outubro de 1964. O motivo pelo qual se deu essa situação, nos é apresentado pelo autor como uma prova da ganância de seus adversários políticos, relatando o seguinte:

Desempenhava ele o papel de cordeiro num ambiente de feras para alcançar os seus objetivos. Até que os seus adversários o feriram de morte, cassando-lhe o mandato de Deputado Estadual, no dia 18 de outubro de 1964, por ter sido autêntico no seu pronunciamento perante os seus pares, cujo o motivo era ter se utilizado de uma caminhoneta tipo “KOMBI” que lhe chegara às mãos sem ser solicitada. A referida caminhoneta era usada em proveito da comunidade de Ipaumirim e outros municípios, como meio de transporte para os doentes. Mas o “busilis” da estória foi ele ter revelado que a utilizava também no transporte de eleitores, segundo o seu pronunciamento na Assembleia Legislativa. Ao tomar conhecimento do “affaire”, mandou imediatamente entrega-la à Polinter onde, conforme consta, ficou entregue a ação do tempo e destruída pela oxidação (ferrugem). (ARRUDA, 1989, p. 109/110)

Ao saber das prisões de alguns parlamentares, efetuadas pelas Forças Militares do Exército, entre eles, Francisco Vasconcelos de Arruda, o Presidente da Mesa Diretora, Mauro Benevides, procurou meios para libertá-los, recorrendo até mesmo ao então Presidente da República Marechal Castelo Branco, pois, segundo o mesmo “estava em jogo a autonomia do Poder Legislativo”. Enfim, no dia 18 de outubro de 1964, é dada a notícia de que os parlamentares haviam sido libertos.

Raimundo V. de Arruda considera relevante afirmar que desde o momento em que o então Deputado Estadual Francisco Vasconcelos de Arruda fez o seu pronunciamento, revelando o problema que lhe sucumbia em relação ao automóvel, estava, conscientemente, jogando-se aos leões. Tudo isso porque quis imprimir padrões de sua vida digna tanto no âmbito social, quanto no pessoal.

Ao partir para o oitavo e último capítulo, sem dúvidas, o mais breve, o autor procura nos abastecer dos maus momentos que seu estimado irmão sofrera em consequência de ter sua moral fortemente atingida. Não é à toa que a este capítulo dá-se o nome de “O fim da Via Crucis”. Afirma-nos que a situação sofreu uma grande piora,

quando do seu impedimento, por ordem judicial, de visitar o município de Ipaumirim, considerando este lugar de verdadeiras amizades.

No ano de 1972, na Praça do Ferreira, a qual gostava de passear ao fim das tardes, Arruda perde o equilíbrio das pernas, e não lhe restam alternativas, senão recorrer à terceiros para o levarem de volta ao Hotel em que residia. Nesse episódio, foi diagnosticado um alto grau de deterioração de seu sistema nervoso, que ocasionou um acidente vascular cerebral – AVC – tendo que ser internado no Hospital Geral do INAMPS de Fortaleza.

Não tão distante do que se possa esperar, o AVC acabou ocasionando sua morte. Segundo Raimundo V. de Arruda, aos amigos e familiares restou a satisfação em saber que “Chico Arruda, em sua peregrinação desempenhou o papel de idealista”.

Podemos extrair de tal leitura que o Arruda político, além de estar numa posição favorável de homem público, soube assim, aproveitar-se de momentos oportunos, de efervescência popular, construindo conceitos e imagens padronizados sobre si mesmo, capazes de transformá-lo em ícone político para aqueles que com ele estiveram em algum momento. Em outras palavras, conclui-se que Arruda se utiliza de elementos histórico-culturais para apresentar-se com instinto de liderança capaz de solucionar os problemas sociais, expondo também suas emoções como homem, como ser humano, que lhe faz tomar decisões que acabam sendo julgadas pela sociedade como soluções de seus problemas.

Entendemos importante destacar que o livro *Itinerário de um Líder*, muito embora seja pouco conhecido, desempenha uma profunda influência na forma de pensar, nas imagens e representações de quem fora Francisco Vasconcelos de Arruda sobre aqueles que dele tomam conhecimento. Nesse caso, cabe a alusão feita por José Luciano de Queiroz Aires, que nos apresenta uma ligação entre teatro e política, uma vez que, o palco é o meio social, os políticos seriam os atores e a sociedade, a plateia:

Maquiados, trajados, mascarados, lá vão os atores políticos ao palco. Iluminados pelos holofotes da oficialidade, misturam-se aos adereços do cenário em busca do encontro com a multidão. (...). Eram valorizados os espetáculos que fomentassem a elaboração e a consolidação da memória do governo vigente, comemorando desde o aniversário natalício do presidente do Estado até as celebrações de cada no passado de seu governo. (AIRES, 2012, p. 205/206)

A memória política deixada por Raimundo Vasconcelos de Arruda a partir do livro elaborado sobre a vida seu irmão, nos faz pensar que a elaboração dos discursos simbólicos, tornam-se decisivas nos momentos de efervescência política, trazendo para próximo do leitor o calor em que estava perpassando as tramas políticas em sua época. Pois, com base nos fatos inscritos pelo autor, Arruda está sempre na condição de herói, de mártir, como sendo este um privilégio de poucos homens do meio político. É nítida a intenção que existe em colocar Arruda num lugar distante da vida bandoleira, como um alguém que não poderia ser concebido senão pelo louvor da integridade.

Porém, muito embora esta seja a visão que o livro transmite e que, de acordo com os seus seguidores, deve ser lembrada, temos, por outro lado, os processos nos quais o livro coloca de forma romantizada, para convencer o leitor de que o político agiu sem nenhuma pretensão de interesse particular. Mas será mesmo que estes ocorreram inocentemente? Como Arruda não preveria o que estava por vir a partir de seus atos, se deixando levar pela emoção? Nesse sentido, este trabalho monográfico não pretende buscar a versão moldada, heroicizada de Francisco Vasconcelos de Arruda, muito menos desfigurar toda essa imagem que se criou envolta de sua vida e de suas ações. O que se considera importante apontar aqui, é que Francisco Vasconcelos de Arruda trilhou sua história pensando nos melhores caminhos possíveis para sua posição como homem público. De modo sistemático, podemos pensá-lo como alguém que raciocinava, fazia suas escolhas e agia dentro dos espaços que lhe eram possíveis com a política de seu tempo, e da maneira que lhe era conveniente.

Para que se defina a compreensão que procuramos estabelecer até aqui, é imprescindível a apresentação do conceito de política segundo a perspectiva de Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes (2011), no campo historiográfico em que o conceito de poder tem sido usado como sinônimo de política, tendo em vista que o poder político aparece, por vezes, como objeto de análise que parte, principalmente, para as práticas comportamentais e de conduta que variam de acordo com a sua natureza em diferentes espaços e temporalidades.²⁰ Partindo deste pressuposto, afirmo que o poder político precisa ser pensado como moeda de partilha de autoridade, servindo, entre outras funcionalidades, justamente para marcar relações que beneficiam pessoas, cujo o objetivo

²⁰ Para uma melhor compreensão sobre como o poder vira sinônimo de política, ver: GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. **Cultura do poder político**: historiografia, imaginário e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

é alcançar o título de figura pública. Sendo assim, a política seria uma forma de exercício do poder e da conquista.

Portanto, o que intencionamos até aqui foi a compreensão de como é construída a imagem do homem público que, neste caso, é o ex-Deputado Estadual Francisco Vasconcelos de Arruda. Buscamos apresentar a idealização do mesmo a partir dos escritos do livro *Itinerário de um Líder*, que, desde o título, nos aponta a forma como o seu personagem principal será descrito desde o dia em que nasceu, até o dia em que partiu desta vida. Em outras palavras, sendo exatamente as apropriações que se fazem sobre o Arruda político, tomadas principalmente pela escrita da história, que proporcionou a análise feita no último capítulo deste trabalho monográfico, não mantenho a intenção de desconstruí-las, mas sim de apresentar como estas são construídas, principalmente pela historiografia da política do município de Ipaumirim-CE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, gostaria de agradecer aqui ao leitor (a) por ter me acompanhado nesta viagem pelos caminhos de uma análise e estudo que propusemos acerca da imagem política de Francisco Vasconcelos de Arruda durante a República Populista no sertão do Estado do Ceará.

Em segundo lugar, afirmo que não é tarefa tão simples concluir um estudo que se torna uma gota d'água no oceano dos muitos escritos que envolvem história, política e memória. No entanto, é preciso, para esta conclusão, afirmar a imagem glorificada que se constrói em torno dos políticos e neste caso especial do ex-Deputado Francisco Vasconcelos de Arruda. Nesse estudo percebemos a construção da imagem não só enquanto político, mas também enquanto ser humano, o que possibilitou a sua elevação na estima dos seus conterrâneos mesmo, e principalmente, depois de sua morte. Podemos visualizar isto nos escritos sobre a sua trajetória, nas homenagens a ele feitas, nos poemas, nos pedidos de indulto em prol de sua liberdade, quando teve problemas com a justiça, nos termos usados para caracterizá-lo em vida e mais especialmente através do que se tornou nossa principal fonte de diálogo e objeto de estudo, o livro sobre sua pessoa, escrito pelo próprio irmão.

É justamente para o último citado que chamamos a atenção: a escrita do livro *Itinerário de um líder*, por Raimundo Vasconcelos de Arruda, que propõe uma leitura sobre a trajetória do grande líder cearense, notificando que apesar das muitas dificuldades que lhe foram impostas pela vida, conseguiu o homem e político superar todas e extrapolar com sua presença os limites municipais. De uma maneira mais clara, chamamos a atenção para a forma como os pesquisadores da historiografia do político Francisco Vasconcelos de Arruda, pretendem romantizar os fatos que o rondam, como forma de ressaltar a sua imagem para que esta fique marcada na memória social.

Esta marca é o que aqui chamamos de políticas simbólicas, funcionando como o jogo do poder político que costuram relações de interesses para que sua imagem possa atingir positivamente o meio social, sendo marcadas por sinais que legitimam o seu lugar de memória. Em outras palavras, essas políticas simbólicas procuram enriquecer os discursos memorialísticos para que estes acabem se concretizando como fato histórico.

Porém, vale destacar aqui a minha visão de que esses discursos e histórias que sobre o político são escritas, dizem mais sobre os escritores do que sobre os seus objetos de pesquisa. Nesse caso específico, temos um conjunto de memórias em que seu criador possui laços sanguíneos com o sujeito de quem se fala. Isso é um agravante? Bom, não o enxergo dessa maneira, até porque o período que aqui é estabelecido – 1945 a 1964 – é conhecido pelas várias personalidades que marcaram nacionalmente um lugar de destaque, não sendo este o único discurso sobre os grandes homens da chamada República Populista.

Contudo, o meu objetivo não é o de desconstruir a imagem que eleva o político, mas sim, mostrar como ela se constrói a partir dos discursos memorialísticos, e como essa construção é pensada pelos estudiosos do assunto. Sendo assim, não podemos entender Francisco Vasconcelos de Arruda como herói, santo, que num embate do bem contra o mal, seria ele o representante da bondade e honra. Assim como também não podemos ver nos escritos que a ele se referem, apenas uma forma de glorificar alguém que, talvez, não fosse merecedor desse título. O que devemos compreender é a pluralidade que há nas diversas memórias que se constroem a partir dos discursos que marcam a história de um homem e os interesses que neles estão inseridos.

Assim, ao tomarmos o exemplo da construção da memória do político, examinando pontualmente o que nos pareceu um lugar de reprodução de uma memória, ou seja, o livro *Itinerário de um líder*, escrito por seu irmão, buscamos discutir a natureza dessa construção, assim como mostrar a participação do próprio político na construção de seus passos durante toda sua vida, principalmente como homem público. Partimos da ideia de que a política, como diz Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes (2012), é um jogo de poder que varia, em sua natureza, de acordo com diferentes espaços e temporalidades.

Por fim, deixamos firmado aqui o desejo de que essas construções simbólicas sejam sempre elaboradas, sobre os diversos homens e mulheres públicos (as). Ora, tais construções são sementes para que novos estudos e projetos nasçam e auxiliem os futuros trabalhos intencionados a partir desta perspectiva.

Meus cordiais agradecimentos pela leitura!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930 – 1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2013.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. O teatro do poder e o campesinato paraibano: negociação, táticas e resistências (1935-1945). In.: **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. João Pessoa: SECULUM–REVISTA DE HISTÓRIA, 2012.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória/(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história**. São Paulo: Edusp, 2007. p. 149-165.
- ARRUDA, Raimundo Vasconcelos de. **Itinerário de um Líder**. Fortaleza, 1989.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, vol. 3, n. 5, Jan-jul/2009.
- _____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BEZERRA, Hermes Pereira. **Ipaumirim 50 anos**. Ipaumirim, 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória/(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-192.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Ed, 1998

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV – 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARTROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEBALLOS, Rodrigo.; CEBALLOS, Viviane Gomes de.; LOBO, Isamarc Gonçalves.; NETO, Francisco Firmino Sales. (Orgs.). **Nordestes e nordestinidades**: história, representação e religiosidades. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**: sociedade e política (1930-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil republicano**: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FOUCAULT, Michel. [A ordem do discurso](#). São Paulo, Loyola, 1996.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Ed.: Aeroplano, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O coronelismo: uma política de compromissos. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovane. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LISBOA, Cláudia. **Perfil parlamentar**: Antônio Mariz. Brasília: Câmara dos Deputados Coordenação de Publicações, 2006.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante.; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz.; NETO, Martinho Guedes dos Santos. (Orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia,

imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: história e imagem (Uma leitura dos vídeos Parahyba e Para'iwa). **Boletim de Pesquisa Unipê**, v. 01, João Pessoa, p. 89-95, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, v. 15, 1997.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. A escrita da história e as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira. In: **Nas redes das memórias**: as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira. Cajazeiras, 2016.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. Ed. Hucitec História Social, USP. São Paulo, 1997.

<http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/partido-republicano-pr>>

ANEXOS**ANEXO 01: DOCUMENTÁRIO RELATIVO AO INDULTO**

Os jornais "Correio do Ceará" e "Unitário" da cadeia dos Diários Associados, de nossa Capital, acompanharam o desenrolar das demarches entre a classe estudantil e o Governo Federal, a respeito da conquista do indulto do apenado Francisco Vasconcelos de Arruda.

Transcrevemos alguns dos pronunciamentos e telegramas publicados por esses órgãos da imprensa cearense.

DIA 16.03.1951

**A MOCIDADE ESTUDANTIL DO PAÍS PEDIRÁ O INDULTO
ARRUDA GALVANIZA OS ESTUDANTES NO MAIOR MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE**

TOMA GRANDE VULTO A CAMPANHA DA MOCIDADE EM FORTALEZA.

Rio, 16 (m) "Por Temístocles de Castro e Silva — Pode este repórter dar agora maiores detalhes acerca de grande movimento que se esboça na Capital da República em prol da liberação do Dr. Francisco Arruda, não tenho dúvidas em afirmar que o movimento ora encetado pelos estudantes brasileiros a favor do seu antigo líder cearense, poderá decretar a volta do Dr. Francisco Arruda ao seio da sociedade cearense, visto o franco e decidido apoio que vem obtendo de todos aqueles que no Rio conheceram ou tomaram conhecimento do trabalho do antigo estudante a favor de seus colegas. O Conselho Nacional de Educação ultimamente

reunido decidiu por unanimidade por proposta do Acadêmico Luciano Magalhães encetar uma campanha em prol da anulação da sentença aplicada ao Dr. Francisco Arruda.

Todos os Diretórios Estudantis, bem como os alunos de todas as escolas superiores do País, tomarão parte do movimento que explode no seio da mocidade a favor daquele, que, como estudante não mediu esforços no sentido de favorecer os colegas desprotegidos. Dentro de mais alguns dias, uma numerosa comissão, tendo à frente a Diretoria do Conselho Nacional de Educação, irá pedir ao Presidente Getúlio Vargas, graça para o Sr. Francisco Arruda, como também se dirigirão ao Ministro da Justiça no mesmo sentido.

Estamos informados de que virão representantes de todos os Diretórios estaduais para integrar a comissão — monstro, que visitarão o Chefe da Nação e o Ministro da Justiça. Esboça-se assim, talvez pela primeira vez no Brasil o mais amplo movimento de solidariedade estudantil justamente a favor daquele que sempre soube ser digno, quer como estudante, quer como condutor da classe.

O Conselho Nacional dos Estudantes já se comunicou nesse sentido com todos os diretórios acadêmicos dos Estados, de modo que está assumindo o movimento, não é difícil prever-se para breve a volta do Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda ao seio da família cearense.

Agora o memorial dos estudantes solicitando a concessão da medida que beneficia o Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda, será enviado ao Sr. Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça, para decisão final do Chefe da Nação".

DIA 24.03.1951

ARRUDA E SEU INDULTO

MURILO MOTA: PRONUNCIAMENTO

Trago nestas linhas minha solidariedade ao movimento em prol do indulto a Francisco Vasconcelos de Arruda, confinado a 2 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção por crime de desacato ao Poder Judiciário. No tempo em que Arruda era Presidente e alma do Centro Estudantil Cearense, exercendo ali um fecundo consulado de vários anos, costumávamos nós outros que viviam à sua roda (Yaco FERNANDES, GERMANO HOLANDA, ERNESTO PEDRO DOS SANTOS, AMAURI GUERGEL, EDGARD CARVALHO, MARCOS BOTE-LHO, etc.), tê-lo debaixo de um apelido, para nós ele era

o "puro", porque outra coisa não nos sugeria às suas qualidades de líder autêntico e a serena irreprochura de seu procedimento individual. Nada o arredava da dignidade e responsabilidade de seu cargo, que tinha na conta de um "munus" sagrado. Quando mergulhava eventualmente nas estudiais próprias da mocidade, era com um ar quase paternal — ele que tinha praticamente a nossa idade, que observava de fora nossos fulgores patuscos. Vivia só para seu "Ideal Centrista", a ele dedicando todo o seu tempo disponível e não raro as sobras das suas economias.

Foi com essa dupla dedicação que Arruda, de trabalho e financeira, que se fizeram os alicerces da Casa do Estudante Pobre do Ceará, ora em vias de concretização definitiva.

Vi muitas vezes o Diretor dessa Instituição, o atual Magistrado Cândido Couto, quando ela funcionava no sobradão da Rua Senador Pompeu com São Paulo, recorrer ao bolso de Arruda quando faltava dinheiro para os mantimentos destinados aos estudantes sem recursos que ali era recebidos. Para mim, Arruda não mudou, é ainda o mesmo daquele tempo, apesar do que dizem ter havido numa sala de audiência do sertão, onde seguindo os Cânones de seu temperamento viril, tomou a si a responsabilidade exclusiva de um ato que ninguém o viu cometer, e podia deixar à conta de terceiros. Transferindo-se para Baixio, por motivo de seus interesses comerciais, dinamizou a vida desse Município, com iniciativas largas e profundas.

Seu prestígio em Baixio levou-o à política, e esta à pobreza em que hoje se encontra. Se o indulto não servir a Arruda, então para que terá sido criado esse instituto? Arruda, tem tudo para merecê-lo, um passado limpo, um caráter posto à prova, serviços prestados à coletividade.

Então tudo isso vai desaparecer, porque, arrebatado pelas correntes da vida, viu-se de repente, à prática de um delito? A sociedade enxerga mais que a Justiça, e foi armada de poderes que lhe permitam corrigir o casuismo do veredito judicial. Que o Sr. Getúlio Vargas não deixe de ouvir a voz da mocidade estudantil de nossa terra, que ora pede a concessão de um indulto merecido e ecôa noutras classes, com a mesma ressonância; a detenção de Arruda é um contra-senso. Não pode ficar entre quatro paredes quem só soube honrar a sua liberdade".

A imprensa cearense continua acompanhando o movimento pró-indulto do Chico Arruda; e publica no dia 10.04.1951.

DIA 10.04.1951

CEDRO APOIA ESTUSIASTICAMENTE A CAMPANHA PRÓ-INDULTO DE ARRUDA.

TELEGRAMA DE DESTACADAS PERSONALIDADES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

“Apoiando a campanha pró-indulto do Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda, que está sendo feita pelos estudantes de nossa terra, numerosas pessoas acabam de enviar um telegrama ao Presidente Getúlio Vargas — Rio de Janeiro-DF. Pedimos V.Exa. graça de indultar o Dr. Francisco Vasconcelos de Arruda, Saudações Respeitosas. Pe. Costa, Vigário José Firmino Aquino, Farmacêutico; Caetano Moura, Agricultor; José Militão, Advogado; Antônio Valdivino, Comerciarío; Maria Libânia Ribeiro, Diretora do Grupo Escolar; Maria Lisieux, Professora; José Vieira e Silva, Notário Público; Francisco Ribeiro Granja, Funcionário da RVC; Francisco Alves Maia, Comerciarío; José Ribeiro e Filho, Comerciante; Grasiela Militão, Professora; Luiz de Souza, Agricultor; José Antônio Pereira, Agricultor; João Araújo dos Santos, Pedreiro; Manoel da Cunha, Agricultor; João Crisóstomo Bezerra, Comerciante; Manoel Facundo Filho, Agricultor”.

DIA 16.05.1951

**PRONUNCIAMENTO DE AURÉLIO MOTA
O INDULTO DO LIDER**

“Recebi a notícia da condenação de Francisco Vasconcelos de Arruda com o coração oprimido, como se fora eu próprio o condenado. É que o pronunciamento final da justiça, fazendo voltar novamente a evidência o nome do amigo por ser estudantil, me trouxe a lembrança dos recuados tempos em que juntos dávamos o melhor do nosso entusiasmo às campanhas memoráveis em que se acompanhava, nos seus primórdios, o Centro Estadual Cearense.

E nesse emergir de recordações adormecidas revejo toda aquela rapaziada talentosa e vibrante, que trocava cinemas e esportes pelas reuniões do Centro, onde, de mistura com discursos inflamados e versos cor-de-rosa, se tentava formar uma consciência de classe, no debate dos seus problemas mais palpitantes.

Dono de um espírito prático e objetivo, afeito desde muito moço às durezas da luta pela vida, Arruda desempenhava

um grande papel na articulação de diversos pontos de vista e exercia influência dominante nas decisões finais. Enquanto outros brilhavam na oratória ou se empenhavam em discussões dispersivas, Arruda construía em silêncio os alicerces do Centro, que sem ele, sabe Deus, talvez tivesse tido o mesmo melancólico destino de tantas outras sociedades de estudantes.

Data de 1931, o nosso conhecimento, o que vale dizer a minha admiração pelo seu caráter e pela sua inteligência. E até os interesses profissionais nos distanciassem em chamado à atividades diferentes, fui testemunha de sua dedicação sem limite a todos os assuntos que diziam respeito de perto à vida do estudante, particularmente do estudante pobre, para quem a sua bolsa estava sempre aberta. Era de ver o devotamento com que se entregava de corpo e alma, as reivindicações mínimas que fossem da classe estudantil, que teve nele, durante cerca de um decênio, o mais intransigente defensor.

Arruda soube se impor desde cedo, antes mesmo de ocupar posições de maior relevo na sociedade, pela honestidade que transparecia de todos os seus atos e pela confiança que inspirava sempre a sua opinião. Nada se fazia então sem se ouvir os conselhos da sua sensatez. Figura central obrigatória de todos os movimentos pelo Centro Estudantil, seu esforço, em prol da unificação da classe teve um marcante sentido social e lhe valeu apreciáveis vitórias das campanhas de construção da Casa do Estudante, da obtenção de abatimento em transportes e casas de diversões e outras iniciativas de menor vulto, pois a sua liderança valia como o mais sólido penhor.

Que tristeza indivisível nos constrange a alma diante dessa dolorosa, ironia da sorte! Precisamente aquele que mais se poderia ufanar de um passado de lutas pela liberdade, com sacrifício não raro dos próprios interesses, ver agora todo o seu idealismo esbarrar nas paredes de cárcere, em consequência do arrebatamento de um minuto, ele que fora um padrão de equilíbrio e moderação.

Não sei a quem mereça mais o reconhecimento da mocidade estudiosa do Ceará, do que esta autêntica figura de líder que a adversidade submete hoje à provação tão amarga. O movimento promovido em boa hora pelo Centro Estudantal Cearense e pela União Nacional dos Estudantes, com o apoio de entidades congêneres de outros Estados, em favor do seu "Indulto", é, sem dúvida uma bela prova desse reconhecimento e deve, por isso mesmo, empolgar todas as classes".